



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

1. Informações gerais

A MRS Logística S.A. ("MRS" ou a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com prazo de duração indeterminado, constituída em 30 de agosto de 1996, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Sudeste, localizada no eixo Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, privatizada em 20 de setembro de 1996.

A Companhia poderá explorar, ainda, os serviços de transportes modais relacionados ao transporte ferroviário e participar de projetos visando à ampliação dos serviços ferroviários concedidos.

Para a prestação dos serviços de transporte ferroviário, objeto da concessão obtida pelo período de 30 anos, a partir de 1º de dezembro de 1996, prorrogáveis, em caso de interesse manifesto de ambas as partes, até o limite máximo de 30 anos por decisão exclusiva do Poder Concedente, a Companhia arrendou da RFFSA, pelo mesmo período da concessão, os bens necessários à operação e manutenção das atividades de transporte ferroviário de carga.

Em abril de 2017 a MRS protocolou, junto ao Poder Concedente, o Plano de Negócios para iniciar as negociações referentes a renovação antecipada da concessão, e, desde então, as negociações vem sendo conduzidas junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres e continuarão ao longo de 2018.

O contrato de concessão estabelece metas a serem cumpridas pela Companhia, relacionadas com o aumento da produção no transporte de cargas e com a redução do número de acidentes nas linhas férreas. Caso essas metas não sejam alcançadas, a União Federal poderá determinar, por decreto federal, a intervenção na Companhia, pelo prazo máximo de 180 dias, ao final do qual a concessão poderá ser extinta ou devolvida à Companhia. A concessão poderá ser extinta dentro das seguintes hipóteses legais: (i) término do prazo contratual; (ii) encampação; (iii) caducidade; (iv) rescisão; (v) anulação da licitação; (vi) falência ou extinção da Companhia. Em qualquer hipótese de extinção da concessão, a Companhia será indenizada pela União Federal pelo saldo não depreciado dos investimentos realizados e declarados reversíveis pelo Poder Concedente. Em 31 de dezembro de 2017, a MRS estava em dia com o cumprimento das metas citadas acima.

A Administração da Companhia informa que parte relevante do capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2017 refere-se a vencimentos de dívidas estruturadas, sendo a maior parte dos vencimentos concentrados no segundo semestre de 2018. Entende, ainda, que este cenário será administrado ao longo do ano em função da forte geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais, bem como mediante novas captações de recursos de longo prazo, via instituições financeiras ou mercado de capitais local, já previstas pela Companhia.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas em definitivo pelo Conselho de Administração da Companhia em 21 de março de 2018.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação das demonstrações contábeis

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, sendo que determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa 3.

2.2 Apresentação de informações por segmentos

Em função da Companhia prestar unicamente serviços de transporte ferroviário de cargas, para fins contábeis e gerenciais, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. As operações da Companhia são controladas, gerenciadas e monitoradas pela administração de forma integrada.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua "a moeda funcional". Desta forma, as demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$).

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa, bem como outros ganhos e perdas cambiais, são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.



2.4 Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera caixa e equivalentes de caixa os numerários em espécie, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de conversibilidade imediata, resgatáveis no prazo de até 90 dias, em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

2.5.1 Classificação e mensuração inicial

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os instrumentos financeiros da Companhia incluem contas a receber, partes relacionadas, caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, além dos ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos que sejam reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado.

2.5.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende da classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de contabilidade de *hedge* definidos pelo CPC 38.

(ii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, com vencimentos definidos, para os quais a entidade tem a intenção e a capacidade de manter até o vencimento. Inicialmente, são reconhecidos pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem Contas a receber de clientes e Partes relacionadas, Outros recebíveis, Caixa e equivalentes de caixa e Caixa restrito.

Estas contas a receber, normalmente, são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas das perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa é constituída por montante considerado suficiente para fazer face às perdas prováveis na realização dos créditos sem perspectiva de recebimento.

2.5.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5.4 Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de que se tenha incorrido em perda no valor recuperável.

A Companhia avalia anualmente se há evidência objetiva de perda no valor recuperável de um ativo financeiro utilizando os seguintes critérios:

- dificuldade financeira do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, tal como descumprimento ou atraso nos pagamentos;
- probabilidade do devedor entrar em processo de falência ou outra reorganização financeira.

O valor da perda por *impairment* corresponde à diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa efetiva de juros original do ativo financeiro. O montante da perda é reconhecido no resultado do exercício.

Se em período posterior, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda do valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

2.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

A partir de 1º de abril de 2016, a Companhia optou por aplicar a metodologia de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) para determinados *swaps* que protegem uma dívida em dólar com juros fixos, de acordo com estratégia de Gestão de Riscos e de contratação de *hedges*.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como “*Hedge* de Valor Justo” após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

2.7 Contas a receber de clientes e partes relacionadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços de transporte de carga e partes relacionadas no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa ("PECLD" ou *impairment*).

2.8 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio ponderado, que não excede os valores líquidos de realização. Provisões para perdas em estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração, conforme política interna da Companhia.

2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os gastos com desenvolvimento de ativos gerados internamente também são capitalizados e seus valores farão parte do custo do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano. A parcela referente ao adiantamento da concessão é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou eventuais perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Ao término da concessão, os bens de propriedade da concessionária e aqueles resultantes de investimentos por ela efetivados em bens arrendados, necessários à continuidade da prestação do serviço de transporte ferroviário e vinculados a concessão poderão, mediante declaração de reversibilidade e devida indenização dos investimentos realizados por parte do Poder Concedente, passar a integrar o patrimônio da União, conforme previsão expressa na cláusula décima sexta do Contrato de concessão.

Os itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos ativos.

Os terrenos não são depreciados. As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos são:

Grupos de ativos	%	Vida útil média (em anos)
Bens imóveis		
Benfeitorias em via permanente	10,00	10
Benfeitorias em imóveis arrendados	4,00	25
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35
Locomotivas		
Locomotivas diesel	3,33	30
Locomotivas elétricas	4,17	24
Locomotivas usadas	8,33	12
Benfeitorias úteis em locomotivas	12,50	8
Vida útil média dos principais componentes	12,50	8
Vagões		
Vagões	3,33	30
Benfeitorias úteis em vagões	10,00	10
Vida útil média dos principais componentes	16,67	6
Outros		
Esmerilhadora, carro de controle, equipamentos e ferramentas	10,00	10
Equipamentos de processamento de dados	20,00	5
Móveis e utensílios	10,00	10

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Impairment de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil dos ativos não financeiros com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que

possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Para avaliação dos ativos não financeiros é utilizada pela administração a metodologia da rentabilidade futura para a unidade geradora de caixa considerada, e assim determinar o valor em uso dos ativos da Companhia. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12 Contas a pagar a fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.13 Passivos financeiros

2.13.1 Classificação e mensuração inicial

Passivos financeiros são classificados a valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são deduzidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos, debêntures e perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.13.2 Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

São classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa definidos pelo CPC 38.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

(ii) Outros passivos financeiros

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os “Outros passivos financeiros” da Companhia

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

compreendem fornecedores, contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.14 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível, tributária e ambiental) e demais provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo do imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias existentes entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.16 Benefícios a empregados

Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina um plano de previdência do tipo contribuição definida, o qual requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia concede também benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Os custos de serviços passados do plano de assistência à saúde são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após sua introdução ou após mudanças do plano de saúde.

Benefício de curto prazo - participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia própria aprovada pelo Conselho de Administração. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada.

2.17 Arrendamentos mercantis

A Companhia classifica seus contratos como arrendamento mercantil financeiro ou operacional com base na essência da operação contratada, que leva em consideração de quem são os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos bens objetos do contrato, ao longo de sua vida útil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento).

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como custo ou despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.18 Arrendamentos e concessões

A Companhia possui concessão onerosa de serviço público decorrente dos contratos de concessão e arrendamento. Embora a Companhia atue sob regime de concessão, sua atividade não se enquadra nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, em função do Poder Concedente não controlar a quem os serviços devem ser prestados, nem o preço a ser cobrado. Prevalece a relação comercial entre a Companhia e seus clientes.

2.19 Capital social

O capital social subscrito e integralizado está dividido em ações escriturais, ordinárias e preferenciais, sem valor nominal.

2.20 Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receitas:

Prestação de serviço de transporte

A receita com prestação de serviços de transporte de carga, principal receita da Companhia, é reconhecida quando as cargas transportadas são entregues aos clientes no ponto de destino do transporte, conforme contrato de prestação de serviços. O valor justo da receita de serviços é calculado de forma confiável com base nas tarifas previamente acordadas entre as partes.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros e variações monetárias e cambiais sobre aplicações financeiras, adiantamentos a fornecedores, contas a receber de clientes e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal.

Outras receitas operacionais

As demais receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório estabelecido na Lei das S.A. somente é

provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Imposto de renda, contribuição social e outras provisões de créditos fiscais

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita auferida e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

(b) Benefícios pós emprego

Os custos do plano de benefícios de assistência médica pós-emprego são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação deste benefício é sensível às mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data base.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros é obtido através de mercados ativos. Contudo, quando isso não for viável, o valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação que requerem níveis de julgamento. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais cuja possibilidade de perda seja considerada provável pelos consultores jurídicos.

A Companhia revisa periodicamente os valores provisionados e caso identifique alterações processuais, tais como mudança de prognóstico, prazo de prescrição aplicável, conclusões de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos fatos ou decisões de tribunais, as mesmas são ajustadas.

(e) Taxa de depreciação, amortização e avaliação de *impairment* do ativo imobilizado e intangível

A taxa de depreciação e amortização de ativos imobilizado e intangível incluem as estimativas da vida útil econômica dos principais ativos da Companhia, a qual é revisada periodicamente pelos especialistas da Companhia e caso seja identificada a necessidade de alteração da taxa de vida útil de algum grupo de ativos, é realizada a contratação de consultoria externa para mensuração e emissão de laudo conforme Resolução ANTT 5090/2016.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizado. Se o valor contábil do ativo imobilizado não suportar o valor em uso, é necessária a constituição da provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

4. Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, mas não estão em vigor para o exercício de 2017. Não houve adoção antecipada dessas normas por parte da Companhia.

Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2018:

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes"**, o objetivo deste pronunciamento é estabelecer os princípios que a entidade deve aplicar para apresentar informações úteis aos usuários de demonstrações contábeis sobre a natureza, o valor, a época e a incerteza de receitas e fluxos de caixa provenientes de contrato com cliente, partindo do princípio básico de que a entidade deve reconhecer receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A Administração avaliou os princípios e alterações introduzidas pela nova norma e concluiu que sua adoção não trará impactos para a Companhia em relação à época para o reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis.

Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os conceitos do CPC 47.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**, aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi divulgada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui o IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9/CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

A Administração avaliou as alterações introduzidas pela norma e concluiu que sua adoção não trará impactos significativos para a Companhia.

Os principais impactos estão relacionados à classificação dos ativos financeiros, à mensuração das aplicações financeiras que não atendem aos critérios de somente P&J (principal e juros) e ao modelo de análise de *impairment* para ativos financeiros. Uma vez que o IFRS 9/CPC 48 alterou as categorias de classificação dos ativos financeiros, eliminando as categorias de mantido até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda, os ativos financeiros passarão a ser classificados em uma das seguintes categorias: ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado abrangente ou, ao valor justo por meio do resultado. Já com relação ao novo modelo de análise de *impairment* para ativos financeiros, este passará a incluir o componente de perda esperada.

Abaixo demonstramos os efeitos do IFRS 9/CPC 48 caso a Companhia tivesse aplicado a nova norma nas demonstrações contábeis de 2017:

		<u>Valor atual</u>	<u>Valor ajustado</u>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	6	422.786	423.438
Caixa restrito (a)	7	63.880	64.281
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	10	(1.802)	(1.914)

(a) Aplicação de valor justo para os instrumentos financeiros.

(b) Aplicação do conceito de perda esperada.

Além disso, alguns aspectos relativos à apresentação e divulgação dos instrumentos financeiros nas demonstrações contábeis deverão sofrer alteração de forma a refletir os novos conceitos introduzidos pelo CPC 48.

Norma vigente a partir de 1º de janeiro de 2019:

- **IFRS 16/CPC 06 (R2)**, essa norma substitui a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17/CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil, e interpretações relacionadas, e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Os arrendatários são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos do arrendamento e um "direito de uso de um ativo" para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos arrendamentos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Ela entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando os impactos da adoção da nova norma. A avaliação está sendo conduzida junto às diversas áreas da Companhia com o objetivo de identificar os contratos de arrendamento existentes, bem como o ambiente de controles internos e sistemas impactados pela adoção da nova norma. Apesar dos impactos ainda não terem sido mensurados, a Companhia entende que essa nova norma trará efeitos relevantes na situação patrimonial com o possível reconhecimento do passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos arrendados junto ao Poder Concedente, vide nota 22.

5. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos a alteração de norma que foi adotada pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017.

CPC 03/IAS 07 – “Demonstração dos Fluxos de Caixa”, essa alteração introduz uma divulgação adicional que pretende permitir aos usuários das demonstrações contábeis avaliar melhor as mudanças nos passivos decorrentes das atividades de financiamento. As entidades são requeridas a divulgar mudanças nos passivos para os quais fluxos de caixa foram ou irão compor as atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Circulante		
Disponibilidades		
Caixa e bancos	9.224	23.530
	9.224	23.530
Aplicações financeiras no país		
CDB	105.780	84.514
Operações compromissadas	307.782	188.055
	413.562	272.569
Caixa e equivalentes de caixa	422.786	296.099

As aplicações financeiras estão lastreadas em títulos emitidos por bancos no Brasil e possuem liquidez máxima de 57 dias, podendo ser resgatadas antes do vencimento, sem que haja modificação ou ajuste significativo na taxa de rendimento previamente acordada com a instituição financeira.

Essas aplicações são em CDB e as operações compromissadas lastreadas em debêntures, com remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI, encontrando-se na faixa entre 97,50% e 100,50%.

O aumento de R\$126.687 no saldo de caixa e equivalentes de caixa, deve-se, basicamente, ao maior volume de captações no exercício social de 2017.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras está descrito na Nota 20.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

7. Caixa restrito

	2017	2016
Aplicações financeiras no país		
CDB	10.573	-
Operações compromissadas	53.307	49.065
	63.880	49.065
Circulante	62.191	49.065
Não circulante	1.689	-

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras constituídas como forma de garantia aos seguintes contratos: (i) contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), nas linhas “FINEM” e “DULC”, sendo a garantia constituída para cobertura dos vencimentos de curto prazo; (ii) prestação de fiança bancária; e (iii) contrato comercial de compra e venda de energia elétrica.

Estas aplicações estão lastreadas em títulos no Brasil, quais sejam o CDB e as operações compromissadas lastreadas em debêntures, possuem liquidez máxima de 360 dias e remuneração baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, na faixa entre 94,00% e 100,00%.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras classificadas no caixa restrito também está descrito na Nota 20.

8. Contas a receber de clientes

		2017	2016
Clientes no país	(a)	26.911	29.825
Provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(b)	(1.107)	(1.106)
		25.804	28.719

(a) Referem-se, basicamente, aos valores a receber relacionados aos serviços prestados de frete ferroviário, incluindo tráfego mútuo e direito de passagem a receber de clientes que não são partes relacionadas.

(b) O valor provisionado para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor; quebra de contrato com atraso de pagamento igual ou superior a 360 dias; probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança.

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, informados nesta Nota, são relativos a operações com partes relacionadas decorrentes das transações da Companhia com seus acionistas, empresas ligadas e profissionais chave da administração.

As transações com partes relacionadas estão associadas, principalmente, à prestação de serviço público de transporte ferroviário de carga. São realizadas em prazos e condições negociadas com

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

cada um dos clientes contratantes, respeitando os tetos tarifários definidos pelo Poder Concedente, os quais se aplicam a todos os clientes da concessionária, sendo ou não partes relacionadas. Pela Governança Corporativa da Companhia, os valores negociados com as partes relacionadas são aprovados pelos acionistas e obedecem a um modelo tarifário que visa remunerar os custos da prestação do serviço de transporte ferroviário, acrescidos de margens que são compatíveis com aquelas estabelecidas no seu plano de negócios. Não há transações com margens negativas, conforme estabelecido no contrato de concessão. Ademais, os contratos com partes relacionadas são de longo prazo e possuem cláusulas de penalidades por não execução dos volumes anuais programados, assim como ocorre com os demais clientes cativos.

Além dos contratos de serviços de transporte ferroviário de carga, a Companhia possui outros contratos com suas partes relacionadas referentes a serviços de manutenção e benfeitorias em terminais, venda de sucatas e manutenção em material rodante e via permanente.

O contas a pagar com partes relacionadas, exceto dividendos a pagar, são decorrentes de operações de compras, utilização de malha ferroviária e investimentos compartilhados inerentes ao negócio da Companhia.

A Companhia possui os seguintes saldos referentes às transações com partes relacionadas:

- Ativo

		Contas a receber	
		2017	2016
Mineração Usiminas S.A.	(a)	180.594	186.178
Vale S.A.	(b)	102.886	66.000
CSN Mineração S.A.	(b)	73.622	9.935
Companhia Siderúrgica Nacional		30.407	25.842
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		3.595	3.859
Gerdau Açominas S.A.		2.938	2.329
Ferrovia Centro Atlântica		2.234	4.241
Gerdau Aços Longos S.A.		893	258
Confab Industrial S.A.		543	-
Companhia Metalúrgica Prada		137	-
Gerdau S.A.		53	105
		397.902	298.747
Circulante		252.782	144.115
Não Circulante		145.120	154.632

(a) Em 22 de janeiro de 2016, foi celebrado aditivo contratual entre a MRS, Mineração Usiminas S.A. "MUSA" e Usiminas através do qual as partes suspenderam por tempo indeterminado a execução dos contratos de transporte de minério de ferro. A MUSA assumiu a obrigação de pagar à MRS indenização para remunerar os investimentos realizados em expansão de capacidade para atendimento à demanda contratada a fim de garantir o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos até então firmados. O valor será pago em 10 parcelas anuais de R\$31.546, iniciadas em janeiro de 2017, perfazendo um total de R\$315.460, sem atualização. O valor presente do fluxo de pagamento é de R\$176.666 em 31 de dezembro de 2017 sendo, R\$31.546 no circulante e R\$145.120 no não circulante. Em janeiro de 2018, a Companhia recebeu o montante de R\$31.546 referente a segunda parcela do aditivo.

(b) O aumento expressivo no contas a receber deve-se, principalmente, a valores provisionados decorrentes de mecanismos de proteção da receita, estabelecidos em contratos.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Conforme mencionado na Nota 19, a Companhia possui contrato de recebível com partes relacionadas dado como garantia a empréstimos.

O prazo médio de recebimento do contas a receber com partes relacionadas é inferior a 20 dias.

- Passivo

	Contas a Pagar		Adiantamentos		Dividendos a Pagar	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vale S.A.	90	-	-	-	11.448	10.364
Mineração Brasileiras Reunidas S.A.	-	-	-	-	36.827	33.338
CSN Mineração S.A.	-	91	1	2	20.694	18.733
Companhia Siderúrgica Nacional	4.698	1.212	33	33	20.682	18.722
Usiminas Participações e Logística S.A.	-	-	-	-	11.687	10.580
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.	-	-	17	17	-	-
Gerdau Açominas S.A.	1.078	-	-	5	-	-
Ferrovia Centro Atlântica	(c) 22.830	16.859	841	210	-	-
Gerdau Aços Longos S.A.	574	77	813	-	-	-
Gerdau S.A.	-	828	-	-	1.376	1.245
Mitsui & Co. Ltda	(d) 18.038	-	-	-	-	-
Sepetiba Tecon S.A.	192	-	-	-	-	-
Ternium Brasil Ltda	(e) 4.894	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	6.928	6.279
	52.394	19.067	1.705	267	109.642	99.261
Circulante	37.823	2.764	1.705	267	109.642	99.261
Não Circulante	14.571	16.303	-	-	-	-

(c) O montante de R\$22.830 (R\$8.259 no passivo circulante e R\$14.571 no passivo não circulante) refere-se, basicamente, a valores a serem reembolsados à Ferrovia Centro Atlântica pela execução do Projeto das Linhas 7 e 9 do Pátio de Areais, conforme Termo de Compromisso nº 001/2015, firmado entre a MRS e a Ferrovia Centro Atlântica, sendo amortizável até 2025.

(d) O valor de R\$18.038, refere-se à compra de 8 mil toneladas de trilhos, conforme contrato nº 48800 /MRS/2017.

(e) A quantia de R\$4.894, corresponde à obrigação da Companhia pela participação conjunta na construção de ramal ferroviário na planta da Ternium Brasil Ltda., conforme Termo de Compromisso assinado em dez/17.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- Resultado

		Receita bruta de serviços		Outras receitas		Receitas financeiras	
		2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vale S.A.	(f)	1.730.215	1.682.315	84.108	30.992	-	-
Companhia Siderúrgica Nacional		326.643	243.070	178	16.325	85	1.040
Mineração Usiminas S.A.	(g)	29.328	16.971	-	164.626	22.035	23.221
CSN Mineração S.A.	(h)	598.330	639.063	36.735	3.673	114	460
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.		139.873	114.231	-	-	9	-
Gerdau S.A.		2.240	1.230	457	1.048	56	2
Gerdau Açominas S.A.		129.413	106.635	2.627	1.436	91	21
Gerdau Aços Longos S.A.		12.779	8.247	9.881	11.665	35	15
Gerdau Aços Especiais		101	-	-	-	2	-
Ferrovia Centro Atlântica		50.293	36.763	4.808	407	10	-
VLI Multimodal		122	772	-	19	4	-
Sepetiba Tecon S.A.		-	-	-	11	-	-
Usiminas Mecânica		-	-	-	2	-	-
Companhia Metalúrgica Prada		103	15	-	-	-	-
Confab Industrial S.A.		4.908	110	-	-	1	-
		3.024.348	2.849.422	138.794	230.204	22.442	24.759

(f) No dia 14 de outubro de 2016 a Companhia celebrou contrato de venda de 23 locomotivas e peças para manutenção desses ativos, deste total, 17 (dezessete) foram entregues no 1º trimestre de 2017 no montante de R\$83.632 e 6 (seis) no ano de 2016, no valor de R\$30.992.

(g) O valor de R\$164.626 registrado em 2016 como “Outras receitas” e o valor de R\$22.035 registrado em 2017 (R\$23.221 em 2016) como “Receitas financeiras”, referem-se ao reconhecimento da suspensão do contrato mencionado na letra (a) desta mesma nota.

(h) O montante de R\$36.735 é, basicamente, receita decorrente de multa contratual.

Outras despesas operacionais/financeiras		
	2017	2016
Vale S.A.	90	104
Companhia Siderúrgica Nacional	-	62
Gerdau Açominas S.A.	-	635
Gerdau Aços Longos S.A.	4.785	1.543
Ferrovia Centro Atlântica	6.839	7.250
Mitsui & Co. Ltda	763	-
Sepetiba Tecon S.A.	4.245	830
	16.722	10.424

(i) Refere-se a despesa financeira com variação cambial.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
 Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Pessoal chave da administração

A remuneração devida/paga ao pessoal chave da administração da Companhia, a qual inclui seu Presidente e Diretores, está demonstrada a seguir:

	Resultado		Passivo	
	2017	2016	2017	2016
<u>Benefícios de curto prazo</u>				
Honorários e encargos	6.035	5.602	-	-
Bônus	5.374	5.598	5.160	4.958
Outros benefícios	160	214	-	-
<u>Benefícios pós emprego</u>				
Planos de previdência	303	343	-	-
<u>Outros benefícios de longo prazo</u>				
Incentivos de longo prazo	24 5.340	3.454	15.587	11.656
	17.212	15.211	20.747	16.614

10. Outras contas a receber

		2017	2016
Valores a receber concessão e arrendamento	(a)	53.378	49.390
Demais contas a receber	(b)	5.377	11.059
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(c)	(1.802)	(1.602)
		56.953	58.847
Circulante		2.957	8.879
Não Circulante		53.996	49.968

- (a) No 1º trimestre de 2017, a União interpôs recurso de agravo de instrumento, ao qual foi concedido efeito suspensivo para impedir a realização da perícia até o julgamento final do mencionado recurso pelo TRF/2. O agravo de instrumento foi julgado e provido pelo TRF/2 em 5 de julho de 2017, sendo proferida decisão dispensando a realização de perícia e determinando o envio dos autos ao Contador Judicial para que elabore os cálculos. Nos autos de primeira instância, em 5 de julho de 2017, foi proferida decisão definindo os parâmetros para realização dos cálculos e determinando a elaboração de novos cálculos pela Contadoria Judicial, em cumprimento à decisão do TRF/2. Contra a mencionada decisão, a União e a MRS opuseram recursos de embargos de declaração para que fossem esclarecidos alguns pontos dos parâmetros de realização dos cálculos. Aguarda-se o julgamento dos embargos de declaração para remessa dos autos ao Contador Judicial.

Um dos principais pontos de divergência desse processo é o índice de correção monetária das condenações impostas à Fazenda Pública. A Companhia adota, em seus cálculos, para atualização do processo, o índice de correção da Tabela da Justiça Federal - IPCA_E e a União defende que a atualização deve ser pela Taxa Referencial - TR, remuneração oficial da caderneta de poupança.

Concomitantemente ao andamento do processo acima descrito, no dia 20 de setembro de 2017, foi julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF, o recurso extraordinário, em repercussão geral, que

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

reconheceu a inconstitucionalidade do art. 1ºF da Lei 9.494/97 na parte em que prevê a atualização monetária das condenações impostas à Fazenda Pública segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança, eis que, de acordo com o STF, a aplicação do respectivo índice “não se qualifica como medida adequada a capturar a variação de preços da economia, sendo inidônea a promover os fins a que se destina”.

Nesse novo contexto, a Companhia entende que deverá ser mantido o critério de correção monetária dos débitos da Fazenda Pública pela Tabela da Justiça Federal (IPCA_E) e a divergência nesse particular, nos autos da ação em referência, entre a União e a MRS, deverá restar superada, prevalecendo os parâmetros adotados pela MRS.

- (b) Em dezembro de 2017, os valores a receber são decorrentes de venda de sucata, prestação de serviço de manutenção, alugueis e outros valores não relacionados ao serviço de frete ferroviário. Em dezembro de 2016, somava-se a esse valor a restituição de contribuição previdenciária sobre o contrato de seguro saúde, recebido em fevereiro de 2017.
- (c) O valor provisionado para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa foi mensurado considerando a dificuldade financeira do emissor; quebra de contrato com atraso de pagamento igual ou superior a 360 dias; probabilidade de falência do devedor e devedores em processo judicial para cobrança.

11. Estoques

		2017	2016
Materiais de manutenção	(a)	79.431	85.813
Materiais em processo de recuperação		3.966	1.269
Importações em andamento		708	1.025
Combustíveis		2.352	8.998
Outros		6.006	1.537
Provisão para perdas por obsolescência	(b)	(6.570)	(6.736)
		85.893	91.906

(a) Referem-se aos materiais que serão utilizados em serviços de manutenção própria, principalmente em locomotivas, vagões e via permanente.

(b) Referem-se a provisão para perda de determinados materiais de manutenção considerados obsoletos ou de baixa rotatividade.

12. Tributos a recuperar

		2017	2016
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	(a)	87.237	90.660
(-) Provisão para perda de ICMS	(a)	(31.100)	(31.100)
PIS/COFINS a recuperar	(b)	56.074	57.742
Imposto de renda retido na fonte	(c)	26.550	49.322
Outros		493	736
		139.254	167.360
Circulante		96.082	107.852
Não circulante		43.172	59.508

(a) Referem-se, principalmente, aos créditos decorrentes das aquisições de bens para o ativo imobilizado e das compras de insumos, líquidos de provisão para perda de créditos não recuperáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (b) Referem-se, principalmente, aos créditos de bens do ativo fixo que se recuperam em 48 parcelas.
- (c) Referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre as aplicações financeiras e sobre ganhos nas operações de derivativos - *swap*. Como os rendimentos são tributados apenas no resgate das aplicações e na liquidação dos *swaps*, este valor inclui a provisão de IR fonte dessas operações.

A composição dos créditos de ICMS nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, registrados no ativo circulante, está demonstrada a seguir:

	2017	2016
Composição créditos ICMS - circulante		
ICMS - RJ	20.624	32.563
ICMS - SP	12.139	12.206
Total circulante	32.763	44.769

13. Despesas antecipadas

		2017	2016
Adiantamento arrendamento	(a)	159.493	165.115
Seguros	(b)	4.345	11.858
Outras despesas antecipadas		5.728	7.815
		169.566	184.788
Circulante		17.640	24.699
Não circulante		151.926	160.089

- (a) Os adiantamentos por arrendamento são apropriados ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de arrendamento (360 meses). A parcela do circulante compreende o montante dos adiantamentos amortizáveis em até 365 dias. No ano de 2017 o valor amortizado de arrendamento foi de R\$8.817 (R\$8.817 em 2016). Os detalhes da operação estão descritos na Nota 22.
- (b) Referem-se a pagamentos antecipados de seguros. A variação deve-se principalmente ao fato de ter sido realizada em 2016 a renovação da apólice de seguro de risco operacional com vencimento em 31 de março de 2018. O valor em 2017 refere-se ao saldo ainda não amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

14. Outros ativos circulantes e não circulantes

O grupo de outros ativos circulantes e não circulantes é composto da seguinte forma:

		2017	2016
Depósitos judiciais	(a)	103.902	88.307
Adiantamentos a terceiros	(b)	14.912	7.452
Investimento audiovisual	(c)	231	551
Outros		7	-
		119.052	96.310
Circulante		14.912	7.452
Não circulante		104.140	88.858

(a) Referem-se a depósitos judiciais recursais e para garantia de execução à disposição do juízo para permitir interposição de recurso, nos termos da lei. Os mesmos são atualizados monetariamente e ficam registrados no ativo não circulante até que haja decisão judicial. A distribuição está descrita na Nota 24.1.

(b) Correspondem aos adiantamentos concedidos a fornecedores e colaboradores como adiantamento de férias, empréstimo de férias e outros adiantamentos.

(c) Representam os investimentos realizados para produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras, de acordo com a Lei nº 8.685/93. Os investimentos audiovisuais estão sendo amortizados pelo prazo de cada obra cinematográfica.

15. Imobilizado

Por natureza, o imobilizado está constituído da seguinte forma:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Custo	2017						2016
	Benfeitorias imóveis de terceiros	Locomotivas	Vagões	Imobilizado em curso	Outros	Total	Total
Em 1º de janeiro	3.870.289	2.604.912	2.348.146	450.934	588.570	9.862.851	9.301.732
Adições	-	-	-	692.941	-	692.941	607.937
Transferências / Reclassificações	317.005	233.873	67.212	(642.896)	24.799	(7)	-
Reversão (provisão) para perda	2.283	(379)	(4.378)	-	-	(2.474)	12.358
Baixas	-	(73.475)	(29.732)	(23.868)	(1.226)	(128.301)	(59.176)
Em 31 de dezembro	4.189.577	2.764.931	2.381.248	477.111	612.143	10.425.010	9.862.851
Depreciação							
Em 1º de janeiro	(1.357.907)	(1.139.195)	(873.691)	-	(312.546)	(3.683.339)	(3.154.775)
Adições	(263.471)	(113.614)	(136.861)	-	(45.648)	(559.594)	(550.676)
Transferências	(1.387)	-	-	-	1.387	-	-
Baixas	-	29.142	22.388	-	851	52.381	22.112
Em 31 de dezembro	(1.622.765)	(1.223.667)	(988.164)	-	(355.956)	(4.190.552)	(3.683.339)
Valor residual líquido							
Em 31 de dezembro	2.566.812	1.541.264	1.393.084	477.111	256.187	6.234.458	6.179.512

A movimentação do imobilizado de 2016 encontra-se publicada na Nota 14 das demonstrações contábeis de 2016.

Reversão (provisão) para perda

O valor de R\$2.283 refere-se a reversão da provisão para doação de uma passarela construída como benfeitoria em propriedade de terceiros constituída em 2015 que, por decisão da Companhia, não serão mais efetuadas. Os valores de R\$379 e R\$4.378 referem-se a provisões para cortes de locomotivas e vagões, respectivamente.

Baixas

Locomotivas

Do valor líquido de R\$44.333, R\$43.044 refere-se ao contrato de venda de 23 locomotivas modelo GE Dash-9 e peças para a Vale S.A. celebrado em 2016. Deste total, 17 (dezessete) foram entregues à Vale S.A. no 1º trimestre de 2017 (6 (seis) no ano de 2016) causando um efeito líquido de R\$43.044 (R\$15.191 no ano de 2016) no imobilizado. O resultado da alienação das locomotivas no ano de 2017 foi de R\$40.588 (Nota 29). O restante, no valor de R\$1.289, refere-se, basicamente, a uma baixa de componentes desse grupo de ativos.

Vagões

O valor líquido de R\$7.344, é referente a processos de substituição de vagões junto ao DNIT/ANTT, baixas de componentes, processos de transformação, corte e acidentes ferroviários.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Imobilizado em curso

A reversão a custo de R\$23.868 de imobilizado em curso refere-se, basicamente, a projetos de investimento de obras de expansão, duplicação de pátios e modernização de sinalização que, devido a decisão estratégica da Companhia, não serão realizados.

Adições

Outros

Do valor de R\$24.799, R\$14.471 deve-se a compra de equipamentos de informática e infraestrutura de *Data Center* através de contratos de arrendamento mercantil financeiro (vide Nota 19).

Custos de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados no ano de 2017 foi R\$345 (R\$29 em 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de financiamentos passíveis de capitalização foi de 8,44% ao ano (10,5% no ano de 2016), que representa a taxa média dos financiamentos da Companhia.

Imobilizações em andamento

As imobilizações em andamento estão substancialmente representadas por gastos incorridos na ampliação, recuperação e modernização da via permanente, locomotivas, vagões e sistemas de sinalização e telecomunicação arrendados.

Revisão de vida útil

Em atendimento ao CPC 27 – Imobilizado e ao IAS 16, a Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus principais ativos. Conforme laudo técnico emitido pela EY CT Valuation em 2016, bem como publicação no Diário Oficial da União de 27 de dezembro de 2016, a partir de janeiro de 2017 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas conforme tabela abaixo:

Grupos de ativos	2017		2016	
	%	Anos	%	Anos
Benfeitorias em via permanente	10,00	10	9,09	11
Obras de arte especiais (Túnel, Viaduto e Ponte)	2,85	35	4,00	25

As taxas anuais de depreciação e vida útil dos principais grupos de ativos aplicadas no ano de 2017 estão demonstradas na Nota 2.10.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

16. Intangível

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	2017				2016
	Adiantamento Concessão	Sistemas informatizados e software	Projetos em andamento	Total	Total
Custo					
Em 1º de janeiro	17.385	200.254	6.951	224.590	219.203
Adições	168	-	16.935	17.103	5.933
Transferências	-	2.633	(2.633)	-	-
Reversão (provisão) para baixa de ativos	-	546	-	546	-
Baixas	-	(2.194)	-	(2.194)	(546)
Em 31 de dezembro	17.553	201.239	21.253	240.045	224.590
Amortização					
Em 1º de janeiro	(8.926)	(179.734)	-	(188.660)	(176.123)
Adições	(445)	(9.824)	-	(10.269)	(12.537)
Baixas	-	1.737	-	1.737	-
Em 31 de dezembro	(9.371)	(187.821)	-	(197.192)	(188.660)
Em 31 de dezembro	8.182	13.418	21.253	42.853	35.930

A movimentação do intangível de 2016 encontra-se publicada na Nota 15 das demonstrações contábeis de 2016.

Adições

As adições devem-se em sua maioria a investimentos realizados em aquisições e desenvolvimento de softwares.

A parcela referente ao adiantamento da concessão (direito de outorga) é apropriada ao custo dos serviços prestados de forma linear pelo período de duração do contrato de concessão (360 meses).

A taxa de amortização dos ativos intangíveis, exceto a concessão, foi estimada em 20% ao ano.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	2017	2016
PPR – Plano de Participação nos Resultados / Bônus (a)	70.596	67.303
Provisão para férias	31.333	30.023
Salários a pagar	22.615	27.423
INSS (b)	21.858	13.349
FGTS	6.147	5.500
IRRF a pagar	4.221	3.379
Outros	13.172	12.692
	169.942	159.669

- (a) O PPR/Bônus são pagos, historicamente, no primeiro trimestre do ano seguinte à constituição da provisão.
- (b) Refere-se a contabilização de provisão para INSS sobre férias, salários e 13º salário dos funcionários. O aumento do saldo em 2017 deve-se, principalmente, ao retorno da oneração da folha de pagamento em 2018 por força do PL 8.456/2017 impactando diretamente o valor do INSS a pagar sobre férias e 13º salário provisionados em 2017 e que serão pagos em 2018.

18. Imposto de renda e contribuição social e outras obrigações fiscais

	2017	2016
IR/CSLL		
Imposto de renda	108.965	102.442
Contribuição social	22.084	24.425
	131.049	126.867
Outras obrigações fiscais		
ICMS	4.472	2.785
COFINS	16.624	14.287
PIS	3.083	2.752
Outros	4.608	3.918
	28.787	23.742

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

19. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos estão compostos da seguinte forma:

		2017	2016
<u>Moeda nacional</u>			
BNDDES:		994.841	1.322.467
FINEM	(a)	615.398	763.937
DULC	(b)	261.861	361.424
FINAME e BNDES automático	(c)	117.582	197.106
BDMG	(d)	8.135	15.860
FINEP	(e)	2.159	5.397
		<u>1.005.135</u>	<u>1.343.724</u>
Custos da transação		<u>(1.660)</u>	<u>(2.037)</u>
		<u>1.003.475</u>	<u>1.341.687</u>
<u>Moeda estrangeira</u>			
Banco de Tokyo	(f)	497.228	244.682
Ajuste de <i>hedge</i> de valor justo - Banco de Tokyo		(978)	(721)
Ex-Im	(g)	35.786	63.456
		<u>532.036</u>	<u>307.417</u>
Custos da transação		<u>(217)</u>	<u>(590)</u>
		<u>531.819</u>	<u>306.827</u>
<u>Debêntures</u>	(h)		
5ª Emissão		104.789	214.721
6ª Emissão		18.894	302.617
7ª Emissão		691.244	673.063
8ª Emissão		394.522	-
		<u>1.209.449</u>	<u>1.190.401</u>
Custos da transação		<u>(30.547)</u>	<u>(34.261)</u>
		<u>1.178.902</u>	<u>1.156.140</u>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>	(i)		
Equipamentos de informática		14.633	317
		<u>14.633</u>	<u>317</u>
Total de empréstimos e financiamentos + custo da transação		<u>2.728.829</u>	<u>2.804.971</u>
Circulante		672.332	628.614
Não circulante		2.056.497	2.176.357

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- (a) As operações de FINEM, contratadas de forma direta e indireta junto ao BNDES, possuem taxa nominal igual à taxa efetiva e estão sujeitas a encargos de TJLP mais “spread” até 3,41% ao ano ou taxa fixa de 2,50% ao ano até 5,50% ao ano. Estes financiamentos serão utilizados para cobrir gastos que visam a redução do número de acidentes, a melhoria do ciclo operacional e a aquisição de material rodante, além da construção de passarelas, viadutos, passagens inferiores e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2024. Essas operações têm como garantia recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, alienação fiduciária dos bens financiados, direitos emergentes e aplicação financeira vinculada no valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento. Em 2017 não ocorreram novas captações nesta linha.
- (b) O DULC, operação direta com o BNDES, possui taxa nominal igual à taxa efetiva e está sujeito a encargos de TJLP mais “spread” de até 2,06% ao ano ou taxa fixa de 4,50% ao ano. Esta operação tem como objetivo financiar projetos de gargalos logísticos, de expansão da via permanente, de modernização e recuperação de ativos, de confiabilidade de infraestrutura, além de compras de locomotivas e projetos sociais. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de junho de 2023. A garantia deste contrato é composta por recebíveis de contratos comerciais que perfazem, no mínimo, 130% do serviço da dívida, direitos emergentes da concessão e aplicação financeira vinculada correspondente ao valor de 3 (três) parcelas a pagar do financiamento. Em 2017 não ocorreram novas captações nesta linha.
- (c) Os FINAMES e o BNDES Automático, são financiamentos com recursos do BNDES, repassados à Companhia de forma indireta via instituições financeiras, com taxa nominal igual à taxa efetiva. Os FINAMES tiveram como finalidade a aquisição de vagões e locomotivas novos enquanto o BNDES automático financiou projeto de inovação tecnológica que prevê a redução do consumo de combustível nas locomotivas. Esses financiamentos estão sujeitos a encargos de TJLP mais “spread”, equivalente a uma TIR (taxa interna de retorno) de 9,7% ao ano, ou taxa fixa de 4,50% ao ano. O prazo final de amortização desses contratos é 15 de janeiro de 2022. Estas operações possuem como garantia a alienação fiduciária dos bens financiados. Durante o ano de 2017, ocorreu a captação, no montante de R\$14.088, na linha BNDES automático. No mesmo período, não houve captação na linha FINAME.
- (d) O financiamento junto ao BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - possui correção pelo IPCA mais taxa de juros fixa de 5,76% ao ano. A finalidade deste contrato foi a aquisição de equipamentos para modernização da malha ferroviária. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 24 de dezembro de 2018.
- (e) O empréstimo junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos, possui taxa fixa nominal igual à taxa efetiva correspondente a 5,00% ao ano. O objetivo da operação foi financiar o projeto de desenvolvimento de alternativas ecologicamente sustentáveis para produção e utilização de dormentes. Este contrato tem como garantia carta de fiança e o prazo final de amortização é 15 de agosto de 2018.
- (f) Os financiamentos junto ao Banco de Tokyo possuem taxa fixa nominal igual à taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía duas captações ativas, sendo uma delas contratada e desembolsada em setembro de 2013, com juros de 3,05% ao ano, e a outra contratada e desembolsada em maio de 2017, com juros de 2,49% ao ano no primeiro ano e 2,59% ao ano nos anos seguintes até o final do contrato. Essas captações em dólar tiveram como objetivo o reforço do caixa da Companhia para os investimentos realizados, bem como

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

a liquidação antecipada, em setembro de 2013, de uma captação via NCE (Nota de Crédito à Exportação), com o intuito de alongar o prazo da dívida e suavizar o fluxo de amortização futuro da Companhia. A Companhia não constituiu garantia para estes contratos e o prazo final de amortização é março de 2019 para o firmado em 2013 e maio de 2020 para o desembolsado em 2017.

- (g) O financiamento junto ao *Export-Import Bank of the United States* (Ex-Im), está sujeito à taxa fixa nominal de 3,30% ao ano. Contratado em março de 2009 e desembolsado em abril do mesmo ano, esta operação teve como objetivo a compra de 38 locomotivas novas, as quais constituem a própria garantia do contrato. O prazo final de amortização é 25 de março de 2019.

(h) Debêntures:

- **5ª Emissão**

Em 18 de julho de 2012, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures não conversíveis sob a instrução CVM nº. 476. A operação tem como finalidade reforço do capital de giro e alongamento do perfil da dívida da Companhia. As debêntures foram emitidas em uma série indexada de acordo com a variação do CDI acrescida de sobretaxa equivalente a 0,9%, definida após o processo de *Bookbuilding*, sendo juros pagos semestralmente durante todo período da emissão e com amortização anual no 4º, 5º e 6º ano. No dia 11 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 5ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XVIII" da cláusula 6.1.2 para seguinte forma: " (xviii) rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" ou inferior (escala nacional), atribuída pela *Standard and Poor's*, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, reunidos em assembleia, ficando assegurado ao debenturista, que tiver votado favoravelmente à declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o direito de ter suas Debêntures resgatadas pela Emissora em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de conhecimento do evento;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,50%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização desse contrato é 18 de julho de 2018.

- **6ª Emissão**

Em 10 de dezembro de 2013, a Companhia emitiu R\$300.000 em debêntures com as mesmas características e condições da 5ª emissão. Ademais, no dia 11 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 6ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela alteração do atual item "XIV" da cláusula 7.1. da Escritura de Emissão para seguinte forma: "XIII. rebaixamento na classificação de risco da Emissora, durante o prazo de vigência das Debêntures, para *rating* "A-" (escala nacional) ou inferior, atribuída pela Agência de Classificação de Risco, exceto se aprovado por Debenturistas que representem 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;" e pela repactuação da taxa de juros de variação do CDI + 0,90% para variação do CDI + 2,90%, desde 20 de abril de 2016 até a data de vencimento da emissão. O prazo final de amortização do contrato é 10 de dezembro de 2019.

Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu cerca de 90,6% das debêntures da 6ª emissão, totalizando R\$182.040 mil, através de operação de *Tender Offer* (oferta pública de recompra de papéis que estão no mercado) realizada no âmbito da 3ª série da 8ª emissão de debêntures também da Companhia. Essas debêntures foram colocadas em tesouraria e estão em processo de cancelamento junto ao banco escriturador.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

- **7ª Emissão**

Em 15 de fevereiro de 2015, a Companhia emitiu R\$550.726 em debêntures, sendo R\$336.340 relativos à 1ª série da emissão e R\$214.386 relativos à 2ª série da emissão. Devido à correção do valor da emissão prevista na escritura entre a data de emissão e a data de liquidação o total desembolsado foi de R\$555.003.

A emissão ocorreu nos termos da Instrução CVM nº 400, tendo sido emitidas 550.726 debêntures simples não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com o valor unitário de R\$1. Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados integralmente para financiar os projetos de revitalização da via permanente e expansão do projeto de comunicação CBTC (*Communication Based Train Control*), aprovados e considerados prioritários pelo Ministério dos Transportes, razão pela qual as debêntures contam com benefícios de isenção tributária de acordo com a Lei nº 12.431.

A primeira série dessa emissão possui prazo de 7 anos, com amortização no 6º e 7º ano e está sujeita a uma taxa de IPCA + 5,9828% ao ano. Já a segunda série da emissão, possui prazo de 10 anos, com amortização no 8º, 9º e 10º ano e a sua taxa de juros é de IPCA + 6,4277% ao ano. Os pagamentos dos juros das duas séries é anual.

No dia 6 de abril de 2016, a Assembleia Geral de Debenturistas da 7ª emissão de Debêntures da MRS deliberou pelo não vencimento antecipado das Debêntures, pela renúncia da hipótese das Debêntures virem a ter sua classificação de risco rebaixada em dois *notches*, em relação à classificação de risco das Debêntures na data de emissão, até a data de 15 de fevereiro de 2024 e pelo pagamento de prêmio (*flat*), incidente sobre o valor nominal unitário devidamente atualizado, equivalente a 4,35% para as Debêntures da 1ª Série e 5,35% para as debêntures da 2ª Série. Os prêmios foram pagos no dia 15 de abril de 2016, com base no valor nominal unitário atualizado do dia 14 de abril de 2016.

- **8ª Emissão**

Em 13 de dezembro de 2017, a Companhia realizou sua 8ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, via Instrução CVM 476. Foram emitidas 40 mil debêntures, em duas séries, quais sejam 2ª e 3ª, totalizando uma captação no montante de R\$400.000 mil, sendo R\$217.960 alocados na 2ª série e R\$182.040 na 3ª série. A emissão poderia ter sido realizada em até 3 séries, mas, após procedimento de *bookbuilding*, foi definida a emissão apenas da 2ª e 3ª séries, com o cancelamento da 1ª série.

A 2ª série desta emissão foi colocada a mercado, com juros de 108,30% do CDI ao ano, definido após procedimento de *bookbuilding*, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 4º e 5º ano.

A 3ª série foi destinada exclusivamente aos debenturistas detentores dos papéis da 6ª emissão de debêntures da Companhia, no âmbito de operação de *Tender Offer*. Os debenturistas da 6ª emissão que aderiram ao *Tender Offer* venderam suas debêntures para a Companhia pelo valor na curva e adquiriram os papéis da 8ª emissão | 3ª série, destinada exclusivamente a estes investidores. A 3ª série da 8ª emissão foi emitida a uma taxa fixa de 109,50% do CDI ao ano, pagos semestralmente, com prazo de 5 anos e amortização no 3º, 4º e 5º ano.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com esta emissão, foram utilizados para reforço do seu capital de giro e alongamento do perfil da sua dívida.

Todas as debêntures emitidas são da espécie quirografária.

(i) Arrendamento mercantil financeiro: os contratos de arrendamento assinados em outubro de

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

2016 e outubro de 2017 e classificados como financeiros estão relacionados com as compras de equipamentos de informática e infraestrutura de *Data Center*. Os referidos contratos de arrendamento financeiro possuem opção de compra ao término de suas vigências.

	2017			2016
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de informática	14.800	(64)	14.736	329
	14.800	(64)	14.736	329

O valor presente e futuros pagamentos mínimos:

Anos	Valor Presente	Valor futuro
2018	4.500	5.800
2019 a 2023	10.133	11.255
	14.633	17.055

O fluxo de amortização dos financiamentos não circulantes é como segue:

	2019	2020	2021	Após 2021	Total
FINAME	40.209	8.186	5.880	2.968	57.243
DULC	58.687	32.830	32.830	34.392	158.739
FINEM	149.995	142.792	101.876	69.682	464.345
Debêntures	7.620	58.893	368.738	625.118	1.060.369
Banco de Tokyo	82.429	241.669	-	-	324.098
Ex-Im	7.154	-	-	-	7.154
Arrendamento financeiro	4.807	5.326	-	-	10.133
	350.901	489.696	509.324	732.160	2.082.081

Em 31 de dezembro 2017, os custos de transação das captações de recursos estavam apresentados da seguinte forma:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Circulante	Não circulante					Total
	2018	2019	2020	2021	Após 2021	Total	CP + LP
DULC	155	145	139	132	153	569	724
FINEM	243	237	233	153	62	685	928
FINAME	3	2	2	1	-	5	8
Debêntures	6.248	6.586	6.794	5.137	5.782	24.299	30.547
Ex-Im	191	26	-	-	-	26	217
	6.840	6.996	7.168	5.423	5.997	25.584	32.424

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o montante dos custos de transações incorrido em cada processo de captação foi:

	2017	2016
FINEM	-	733
(-) custos de captações	-	-
% custos/Valor captação	-	0,0%
DULC	-	22.169
(-) custos de captações	-	-
% custos/Valor captação	-	-
FINAME	14.088	6.719
(-) custos de captações	-	(7)
% custos/Valor captação	-	-0,1%
Debêntures 7ª emissão (<i>waiver fee</i>)	-	-
(-) custos de captações	-	(29.568)
Banco de Tokyo	244.905	-
(-) custos de captações	-	-
% custos/Valor captação	-	-
Debêntures 8ª emissão	400.000	-
(-) custos de captações	(1.852)	-
% custos/Valor captação	-0,46%	-

Condições restritivas financeiras (*covenants*)

Os contratos de empréstimos e financiamentos têm cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros. As condições restritivas dos *covenants* permanecem inalteradas em relação a 2016 e todos os *covenants* foram atendidos em 31 de dezembro de 2017. As debêntures emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas relativas à manutenção de certos índices financeiros, que foram cumpridos em 31 de dezembro de 2017. As debêntures da 5ª, da 6ª e da 7ª emissões possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco atribuível pela *Standard and Poor's* e que também foram atendidas no período

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

informado. As debêntures da 8ª emissão não possuem cláusulas de manutenção de *rating* mínimo de classificação de risco.

20. Instrumentos financeiros

Operações com instrumentos financeiros

O cálculo do valor justo de aplicações (Equivalentes de caixa e Caixa restrito), é realizado da seguinte forma: para aplicações com carência inferior ou igual a 60 dias, considera-se o valor justo como sendo o próprio valor original. Caso a carência seja superior a 60 dias, calcula-se a rentabilidade pela taxa de juros contratada até o fim da carência, descontando-se, a seguir, por uma taxa mais elevada, equivalente a 110% da taxa contratada, o que representa uma penalidade pela eventual saída da aplicação no período de não liquidez.

Para os empréstimos e financiamentos que possuem cotação pública de mercado para a taxa de juros de referência, calcula-se o fluxo até o vencimento com a taxa contratual e, em seguida, desconta-se pela taxa atualizada constante da fonte pública. Para os empréstimos e financiamentos que não têm fonte pública de taxa de juros, depois de calcular o fluxo até o vencimento com a taxa contratual, desconta-se pela taxa de juros de operações semelhantes em termos de risco e prazo. Eventualmente, no caso de dificuldade em identificar financiamentos comparáveis, a taxa de desconto é determinada através de consulta a instituições financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia, que divergem dos seus valores justos:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Caixa restrito	8.884	8.743	-	-
Passivos				
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	532.036	532.182	307.417	308.517

O cálculo do valor justo dos empréstimos considera a cotação de mercado das respectivas operações, com exceção daquelas que: (i) não contam com mercado líquido de referência ou (ii) cuja liquidação (valor de saída) possa ser feita sem haver penalização. Para estes casos, o valor justo coincide com o valor na curva.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Classificação dos instrumentos financeiros

A seguir apresentamos os valores contábeis de todas as operações com instrumentos financeiros realizadas pela Companhia e sua respectiva classificação.

	2017				2016			
	Derivativos usados para hedge	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total	Derivativos usados para hedge	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	422.786	422.786	-	-	296.099	296.099
Caixa restrito	-	-	63.880	63.880	-	-	49.065	49.065
Contas a receber e outras contas a receber	-	-	82.757	82.757	-	-	87.566	87.566
Partes relacionadas	-	-	397.902	397.902	-	-	298.747	298.747
Ganhos em operações com instrumentos financeiros derivativos – swap	75.518	-	-	75.518	85.522	-	-	85.522
Total	75.518	-	967.325	1.042.843	85.522	-	731.477	816.999

	2017				2016			
	Derivativos usados para hedge	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total	Derivativos usados para hedge	Valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos								
Fornecedores	-	-	259.879	259.879	-	-	241.261	241.261
Partes relacionadas	-	-	52.394	52.394	-	-	19.334	19.334
Empréstimos e financiamentos em R\$	-	-	1.005.136	1.005.136	-	-	1.343.724	1.343.724
Empréstimos e financiamentos em USD	-	-	533.014	533.014	-	-	308.138	308.138
Debêntures	-	-	1.209.449	1.209.449	-	-	1.190.401	1.190.401
Arrendamento mercantil financeiro	-	-	14.633	14.633	-	-	317	317
Perdas em operações com instrumentos financeiros derivativos – swap	9.454	677	-	10.131	21.924	2.953	-	24.877
Ajuste em Hedge de Valor Justo - Banco de Tokyo	(978)	-	-	(978)	(721)	-	-	(721)
Total	8.476	677	3.074.505	3083.658	21.203	2.953	3.103.175	3.127.331

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Conforme mencionado na Nota 2.7 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, desde 1º de abril de 2016 a Companhia optou por designar um *cross-currency swap* para Hedge de Valor Justo, protegendo assim o valor justo do objeto de *hedge*, que no caso é a dívida

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

contratada junto ao Banco de Tokyo em setembro de 2013. A Companhia adotou esta mesma forma de contabilização para a operação junto ao Banco de Tokyo, contratada em maio de 2017.

Desta forma, o resultado das operações de *swap* que em 31 de dezembro 2017 apresentava saldo líquido a receber no valor de R\$65.387 (R\$60.645 em 31 de dezembro 2016) e foi contabilizado no resultado do exercício.

A Companhia documentou tal relação de *hedge* como *Hedge* de Valor Justo após testes comprovarem que é esperado que o *hedge* seja altamente eficaz na compensação do valor justo do objeto de *hedge*.

A partir da designação do *swap* para *Hedge* de Valor Justo, a variação do valor justo do *hedge* permanece sendo registrada no resultado financeiro, porém no mesmo momento é verificada a variação do valor justo do risco atribuível do objeto de *hedge* designado que é registrado no passivo como contrapartida no resultado financeiro.

	Objeto de <i>Hedge</i> de valor justo	
	2017	2016
Dívida	497.228	244.682
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(978)	(721)
	Impacto no resultado financeiro	
	2017	2016
<u>Receita financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	3.265	1.921
<u>Despesa financeira</u>		
Ajuste de <i>Hedge</i> de Valor Justo	(3.008)	(1.200)
Resultado financeiro líquido	257	721

MRS Logística S.A.**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativo designado para Hedge de Valor Justo	Valor de referência (nocial)		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de contrato				
Contratos de <i>swap</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	414.585	169.680	498.397	247.595
Posição passiva				
Real CDI	414.585	169.680	(420.508)	(172.774)
Total dos contratos de <i>swap</i>			<u>77.889</u>	<u>74.821</u>
Provisão de IR sobre ganhos <i>swap</i>			(11.825)	(11.223)
Total dos contratos de <i>swap</i> líquidos de IR			<u>66.064</u>	<u>63.598</u>
<u>Classificados</u>				
No ativo circulante			39.584	-
No ativo não circulante			35.934	85.522
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)			<u>(9.454)</u>	<u>(21.924)</u>
			<u>66.064</u>	<u>63.598</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Derivativos não designados	Valor de referência (nocial)		Valor justo	
	2017	2016	2017	2016
Tipo de contrato				
Contratos de <i>hedge</i> (dólar fixo para real CDI)				
Posição ativa				
Dólar Fixo	33.438	62.701	33.555	62.350
Posição passiva				
Real CDI	33.438	62.701	(34.232)	(65.303)
Total dos contratos de <i>hedge</i>			<u>(677)</u>	<u>(2.953)</u>
Classificados				
No passivo circulante (Empréstimos e financiamentos)			<u>(677)</u>	<u>(2.953)</u>
			<u>(677)</u>	<u>(2.953)</u>

A Companhia conta apenas com instrumentos derivativos de *swap*. Para a ponta ativa do *swap*, atrelada a uma taxa fixa mais variação cambial do dólar, é calculado o valor pela taxa contratual até o vencimento e depois descontado pela taxa de cupom cambial correspondente ao prazo restante compreendido entre o vencimento e a data atual. Finalmente, o valor resultante deste cálculo é convertido pela taxa de câmbio atual.

Para a ponta passiva, que está atrelada a um determinado percentual de CDI, calcula-se o valor até o vencimento aplicando este percentual. Em seguida, desconta-se este resultado à taxa de 100% do CDI até a data atual.

Descrição	2017			2016		
	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos	Valor Nocial	Valor Justo	Vencimentos
Contratos de "swap"						
Posição ativa						
Moeda estrangeira	448.023	531.952	Mar/18 Até	232.381	309.945	Mar/17 Até
Posição passiva						
Taxas (pós)	448.023	454.740	Mai/20	232.381	238.077	Mar/19

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão distribuídos entre as seguintes contrapartes:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Instituição	MRS Recebe	MRS Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (USD)	Valor Justo 2017 (R\$) Ativa	Valor Justo 2017 (R\$) Passiva	Resultado Bruto (R\$) Ativa – Passiva (*)
Contratos de swap								
Santander			26/dez/17	25/set/18	4.500	14.860	14.948	(88)
Santander	USD +	100% até	26/jun/17	26/mar/18	5.600	18.695	19.284	(589)
Banco de Tokyo	2,22%a.a. até	108% do	18/set/13	15/mar/19	75.000	249.530	170.699	78.831
Banco de Tokyo	3,49%a.a.	CDI	24/mai/17	17/mai/20	75.000	248.867	249.809	(942)
Total					160.100	531.952	454.740	77.212

(*) Valores brutos de Imposto de Renda Retido na Fonte de R\$11.825, totalizando uma posição líquida de derivativos de R\$65.387.

20.1. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros:

- Nível 1: Instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos classificados como Nível 3 são os que possuem dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia, com saldo líquido a receber de R\$65.387 em 31 de dezembro de 2017, bem como os instrumentos financeiros associados ao caixa (incluindo caixa e equivalentes de caixa e caixa restrito) foram classificados no Nível 2 para hierarquia de valor justo. Não existem instrumentos financeiros classificados no Nível 3 e Nível 1 na Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2017		2016	
	Valor justo	Nível	Valor justo	Nível
Ativos (Passivos)				
Instrumentos financeiros derivativos ativos	75.518	2	85.522	2
Instrumentos financeiros derivativos passivos	(10.131)	2	(24.877)	2
Caixa e equivalentes de caixa	422.786	2	296.099	2
Caixa restrito	63.880	2	49.065	2
Contas a receber e outras contas a receber	82.757	(*)	87.566	(*)
Partes relacionadas	397.902	(*)	298.747	(*)

(*) Para estes instrumentos financeiros não há classificação de nível na hierarquia do valor justo.

20.2. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e de curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia também contrata transações com derivativos.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta administração supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um comitê financeiro do Conselho de Administração, contribuindo assim, para a manutenção de uma estrutura de governança em riscos financeiros adequada para a Companhia.

O comitê financeiro recomenda ações à alta administração da Companhia para que as atividades em que se assumem riscos financeiros sejam regidas por políticas e procedimentos apropriados, e aprovadas pelo Conselho de Administração. Todas as atividades com derivativos têm por finalidade a gestão de risco, não havendo quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. A política para gestão de risco financeiro é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração.

O comitê financeiro revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, tendo como principal objetivo reduzir a diferença financeira ou econômica, inesperada, que possa impactar tanto o resultado da Companhia quanto o seu fluxo de caixa esperado. Como objetivo secundário, busca-se minimizar a probabilidade de: (i) exigência inesperada de captações adicionais de recursos; e (ii) que as métricas da MRS violem *covenants* financeiros já assumidos.

Como mecanismo central de gestão de riscos, os controles internos utilizados pela administração da Companhia estão concentrados no acompanhamento do percentual da dívida indexada em moeda estrangeira que se encontra protegida por instrumentos financeiros derivativos. Por esta razão, a maior parte da exposição ao risco cambial da Companhia tem sido coberta por contratos de *swap*.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Adicionalmente, a Companhia, não só acompanha o resultado dessas operações por meio do seu valor justo, como também traça cenários de deterioração das variáveis relevantes de mercado, avaliando situações de *stress* e respectivos impactos financeiros.

20.3. Política de utilização dos instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política a mitigação de sua exposição aos riscos de mercado, procurando reduzir o impacto financeiro de flutuações nas taxas de câmbio e de juros. Tal política é implementada através do acompanhamento estratégico da exposição de seus ativos e passivos a essas variáveis, conjuntamente com a contratação de operações de derivativos que permitam o controle dos riscos envolvidos.

As operações com derivativos, basicamente, se dão por meio de *swap* de taxa de câmbio versus percentual do CDI, todas contando com bancos de primeira linha como contraparte e envolvendo taxas prefixadas em moeda estrangeira, não existindo depósito de margem em garantia. Destaca-se que a totalidade das contratações de derivativos tem como finalidade a redução de exposição a riscos, não havendo posições especulativas.

20.4. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities* e de ações, entre outros, os quais são detalhados abaixo. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros advém da possibilidade da Companhia estar sujeita a perdas financeiras provocadas por alterações nas taxas de juros em que possui exposição.

A Companhia possui passivos relevantes atrelados a taxas de juros locais pós-fixadas como CDI, TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo e IPCA.

Os riscos associados ao CDI, à TJLP e ao IPCA são avaliados por análise de sensibilidade, na qual as taxas são aumentadas em 25% (cenário I) e 50% (cenário II) em relação às taxas do cenário provável elencado pela Companhia, utilizando a perspectiva de mercado para o fechamento de 2017, tendo como base o relatório de mercado FOCUS divulgado pelo Banco Central do Brasil em 29 de dezembro de 2017 e a TJLP em 31 de dezembro de 2017.

Na tabela abaixo, é possível notar que, na data-base de 31 de dezembro de 2017, o aumento de 50% tanto do CDI quanto da TJLP (cenário II), representa uma perda inferior a 3% (5% em 2016) de aumento da Posição Passiva Líquida, aproximadamente, R\$41.304 (R\$60.350 em 2016), quando comparado ao cenário provável, motivo pelo qual a Companhia decidiu não utilizar instrumentos derivativos para minimizar esta exposição.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em milhões de reais

	Base 2017	Provável	Cenário I	Cenário II
CDI	6,89%	6,44%	8,04%	9,65%
TJLP	6,75%	6,75%	8,44%	10,13%
IPCA	2,95%	3,72%	4,65%	5,58%
<u>Passivo</u>	1.601,41	1.663,8	1.684,8	1.705,9
Dívida em TJLP	378,0	380,7	386,8	392,9
Dívida em CDI	524,0	557,7	566,1	574,6
Dívida em IPCA	699,4	725,4	731,9	738,4
<u>Ativo</u>	477,4	508,2	515,8	523,5
Aplicações	477,4	508,2	515,8	523,5
<u>Posição Líquida Descoberta</u>	1.124,0	1.155,6	1.169,0	1.182,4

	Valor contábil	
	2017	2016
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	1.151.042	793.992
Instrumentos de taxa pós fixada		
Ativos financeiros	486.666	345.164
Passivos financeiros	1.601.350	2.047.867

(b) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a uma moeda diferente de sua moeda funcional.

Em especial, sua exposição ao risco de moeda (risco cambial) concentra-se nas compras e empréstimos denominados, basicamente, em dólar norte-americano, que encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com variação positiva em 1,50% (16,87% negativa em 31 de dezembro de 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2017	2016
Ativos em moeda estrangeira		
Importações em andamento	5.570	27.113
Adiantamento a fornecedores	550	-
Instrumentos financeiros de <i>swap</i>	531.952	309.945
	538.072	337.058
Passivos em moeda estrangeira		
Fornecedores	(43.906)	(18.505)
Empréstimos e financiamentos e ponta passiva	(532.036)	(307.417)
	(575.942)	(325.922)
Exposição líquida	(37.870)	11.136

A seguir, apresentam-se as variações nos ativos e passivos da Companhia atrelados à taxa de câmbio, decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*. Optou-se por manter a ponta ativa do *swap* separada, de modo a deixar o efeito dos derivativos mais evidente.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2017 e buscam simular de que forma um *stress* nas variáveis de risco pode afetar a Companhia. O primeiro passo foi a identificação dos principais fatores que têm potencial de gerar prejuízos nos resultados, que resumiu-se à taxa de câmbio. A análise partiu de um cenário base, representado pelo valor contábil das operações, ou seja, considerando a taxa de venda de 31 de dezembro de 2017 e os juros acumulados no período. Adicionalmente, foram traçados três cenários, I, II e III, que representam, respectivamente, o cenário provável e os possíveis cenários de deterioração de 25% e 50% na variável de risco.

Para realizar a análise, a Companhia utiliza como premissa do cenário provável a taxa de câmbio do final de 2017 divulgada no Relatório Focus do dia 29 de dezembro de 2017. A partir da taxa de câmbio provável, são gerados os cenários de deterioração de 25% e 50% da variável de risco.

A tabela abaixo representa a análise de sensibilidade envolvendo o efeito líquido resultante destes choques nas taxas de câmbio para o ano de 2017.

Risco de apreciação do Dólar - 2018

R\$ milhões

Operação	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
<i>Hedge</i> - Ponta Ativa de <i>Swap</i>	14,8	136,7	273,4
Dívida em US\$	(14,8)	(136,7)	(273,4)
Risco líquido da operação aumento US\$	(0,0)	(0,0)	(0,0)

	Exposição (R\$ milhões)	Exposição provável (R\$ milhões)	Real	Taxa esperada	Impacto	
					25%	50%
Ponta ativa de <i>Swap</i>	532	547	3.3080	3,40	4,25	5,10
Dívida em Dólar Ponta Passiva	(532)	(547)	3.3080	3,40	4,25	5,10

Estas transações estão primariamente denominadas em Real e Dólar.

20.5. Risco de crédito

Refere-se à possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	422.786	296.099
Caixa restrito	63.880	49.065
Contas a receber e outras contas a receber	82.757	87.566
Partes relacionadas	397.902	298.747
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i>	75.518	85.522
Total	1.042.843	816.999

(i) Contas a receber

A Companhia possui suas contas a receber concentradas em alguns grandes clientes, que também são suas partes relacionadas (Nota 9), representando, em 31 de dezembro de 2017, 82,78% do contas a receber total (77,33% em 31 de dezembro de 2016).

Tais clientes demandam transporte de cargas consideradas “cativas” e possuem a mesma política de crédito, determinada nos respectivos contratos de prestação de serviços. Para estes clientes, o risco de crédito é relativamente baixo em função dos mecanismos mitigadores definidos em contrato de prestação de serviços.

Para os clientes com transporte de cargas não “cativas”, a Companhia está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua administração, que visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Nestes casos, a Companhia exerce uma gestão diária de crédito e cobrança. Em caso de inadimplência, a cobrança é realizada com o envolvimento direto dos gestores responsáveis pelos contratos comerciais, podendo até mesmo acarretar na suspensão temporária da prestação do serviço.

(ii) Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia está sujeita a risco de crédito associado às aplicações financeiras que realiza, tendo em vista o risco de insolvência das instituições na qual a Companhia mantém suas aplicações, que pode implicar na perda total ou parcial dos recursos aplicados. Em 31 de dezembro de 2017, o valor em exposição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia era de R\$422.786 (R\$296.099 em 31 de dezembro de 2016), que estavam alocados em conta corrente

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

ou em aplicações em CDB ou em operações compromissadas que possuíam compromisso formal de recompra pelas instituições financeiras.

Ao final de 2017, as disponibilidades em conta corrente e em aplicações da Companhia estavam mantidas em instituições financeiras de grande porte e que possuíam nota de classificação de risco de crédito em escala nacional Brasil de, no mínimo, 'A' (ou 'A2') até ('AAA' ou 'Aaa'), atribuída por, pelo menos, uma das seguintes agências: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*.

20.6. Risco de liquidez

A operação da Companhia é intensa em capital e parte desse investimento é financiado por empréstimos e financiamentos. Esta alavancagem, conforme demonstrada no quadro abaixo, gera uma demanda por caixa, sendo certo que o investimento da Companhia possui elevada resiliência, ou seja, sendo possível ajustá-lo ao longo do exercício conforme a evolução dos negócios.

A posição atual de caixa da Companhia é considerada robusta e conta, ao longo do ano de 2018, com o reforço tanto da forte geração de caixa, quanto por novas captações de longo prazo, estando estes movimentos já direcionados internamente e estrategicamente distribuídos tanto no primeiro como no segundo semestre de 2018. Tais recursos farão frente a parte do montante estimado de investimentos para o ano.

A Companhia conta, atualmente, com linhas de financiamento de longo prazo já aprovadas junto a instituições financeiras relevantes. Entretanto, em virtude de posição de caixa considerada confortável e resiliente geração de caixa, a administração avalia internamente o melhor momento para tais captações.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2017					
	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	400.739	406.681	489.274	1.755.555	345.015
Passivos (Ativos) financeiros derivativos					
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	(7.840)	(21.613)	(14.267)	(21.667)	-

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Fluxo de Caixa não Descontado – 31 de dezembro de 2016

	Até 6 meses	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos (Ativos) financeiros não derivativos					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (R\$)	350.216	458.152	886.734	1.283.920	688.594
Passivos (Ativos) financeiros derivativos					
Swaps utilizados para <i>hedge</i> (USD)	2.944	10.971	10.962	(85.522)	-

Cabe ressaltar que os passivos financeiros não derivativos que contam com algum tipo de garantia estão discriminados na Nota 19. Os passivos financeiros derivativos não possuem nenhum tipo de garantia.

Gestão do capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas dos segmentos operacionais. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente através do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital. A administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais.

A dívida em relação ao capital no final do período é apresentada a seguir:

	2017	2016
Total do passivo	4.278.638	4.269.997
(-) Caixa e equivalente de caixa	422.786	296.099
(-) Caixa restrito	63.880	49.065
Dívida líquida	3.791.972	3.924.833
Total do patrimônio líquido	3.555.281	3.302.808
Relação da dívida sobre o capital	1,0666	1,1883

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

21. Dividendos a pagar

O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 25% do lucro líquido, conforme legislação societária.

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	461.250	417.545
Apropriação para reserva legal	(23.063)	(20.877)
Lucro líquido base para determinação dos dividendos	438.187	396.668
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	109.547	99.167
Dividendos a pagar de exercícios anteriores	95	94
Total dos dividendos a pagar	109.642	99.261

Em 21 de dezembro de 2017 foram pagos R\$198.290 de dividendos (2016 – R\$70.247), sendo R\$99.167 de dividendos mínimos obrigatórios e R\$99.123 referentes a dividendos adicionais aprovados em Assembleia Geral Ordinária de 24 de abril de 2017.

22. Concessão e arrendamento a pagar

	2017	2016
Concessão a pagar	6.395	6.810
Arrendamento a pagar	121.489	129.381
	127.884	136.191
Circulante	67.120	67.803
Não circulante	60.764	68.388

Referem-se ao reconhecimento das obrigações a pagar pela concessão e arrendamento incorridos até esta data. As obrigações do passivo circulante são registradas linearmente, pelo regime de competência e de acordo com os prazos do contrato (360 meses) tendo como contrapartida os custos dos serviços prestados. O valor registrado no passivo não circulante refere-se ao período de carência que foi apropriado no resultado de acordo com o regime de competência e está sendo liquidado em cada uma das parcelas pagas trimestralmente.

Os contratos de concessão e arrendamento preveem que para a exploração dos serviços de transporte ferroviário e arrendamento da malha e dos bens destinados à prestação desses serviços, a Companhia pagará o total em 116 parcelas trimestrais, vencíveis nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2017 restavam 35 parcelas trimestrais de R\$83.371, totalizando o montante de R\$2.917.985. Estes valores já incluem a capitalização dos juros contratuais de 10% ao ano e a atualização monetária até 31 de dezembro de 2017 com base no último índice contratual, IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna.

O fluxo de pagamentos futuros de concessão e arrendamento é como segue:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	2018	Em até 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Concessão	16.702	84.047	45.166	145.915
Arrendamento	317.347	1.596.901	857.822	2.772.070
	334.049	1.680.948	902.988	2.917.985

Em janeiro de 2018, a Companhia efetuou o pagamento da 82ª parcela do arrendamento e da concessão, no montante de R\$83.371 (R\$79.202 e R\$4.169, respectivamente).

23. Imposto de renda e contribuição social

(a) Tributos sobre o lucro

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	715.251	661.147
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL pela alíquota nominal:	243.185	224.790
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:	10.816	18.812
Ajuste de estoque	3.484	4.910
Despesas com doações	1.954	4.374
Perda com investimento audiovisual	109	296
Despesa com projeto empresa cidadã	408	337
Bônus da diretoria executiva	3.634	2.435
Incentivos fiscais (PAT, Rouanet, FIA, Idoso, Esporte e Audiovisual)	(14.067)	(11.716)
Baixa de títulos indedutíveis	1.009	14.419
Baixa de projetos de investimento	8.115	-
Perdas de crédito de ICMS	2.199	-
Outros	3.971	3.757
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	254.001	243.602
Corrente	288.279	297.221
Diferido	(34.278)	(53.619)
IRPJ/CSLL no resultado do exercício	254.001	243.602
Alíquota fiscal efetiva total	35,51%	36,85%
Alíquota fiscal efetiva total – correntes	40,30%	44,96%
Alíquota fiscal efetiva total – diferidos	-4,79%	-8,11%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos tributários diferidos registrados no ativo e passivo foram apurados sobre as diferenças temporárias e estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Ativo		
Provisão contingências	112.581	105.952
Provisões diversas	34.572	22.577
Provisão perda ativos	6.898	6.000
Provisão perda ICMS	10.574	10.574
Passivo plano de saúde	1.175	1.088
Outros	88	86
Total ativo	165.888	146.277
Passivo		
Depreciação	248.631	245.589
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	95.423	109.374
Capitalização de juros	23.787	26.483
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	24.585	23.711
P&D depreciação acelerada 2008 / 2009 / 2012 Lei 11.196/05	5.666	7.561
Ganho passivo atuarial plano de saúde	3.010	3.348
Outros	355	396
Total passivo	401.457	416.462
Total líquido	235.569	270.185

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias estão previstos para serem compensados na medida da liquidação das contingências e demais adições temporárias dedutíveis.

O valor de R\$401.457 (R\$416.462 em 2016) referente ao passivo diferido contempla a parcela de desconstituição (amortização) dos ajustes decorrentes do RTT – Regime Tributário de Transição. Em virtude desses ajustes a Companhia constituiu IRPJ/CSLL diferido das diferenças entre o resultado societário e fiscal, no valor de R\$241.001, o qual está sendo desconstituído pelo prazo remanescente do contrato de concessão conforme regras prescritas nos artigos 69 da Lei 12.793/14 e 174 da Instrução Normativa RFB nº 1515/14.

O valor amortizado em 2017 foi de R\$20.224 (R\$20.224 em 2016), perfazendo um saldo de R\$180.329 em dezembro de 2017 (R\$200.553 em 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

A movimentação líquida da conta de impostos diferidos é a seguinte:

	2017	2016
Em 1º Janeiro	270.185	324.141
Provisão contingências	(6.629)	(22.665)
Provisões diversas	(11.995)	24.524
Provisão plano de saúde	(87)	(225)
Provisão perda ativos	(898)	2.280
Provisão perda ICMS	-	(1.382)
Depreciação	3.042	14.715
Depreciação acelerada vagões e locomotivas	(13.951)	3.947
Capitalização de juros	(2.696)	(2.596)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	874	(69.843)
Ganho passivo atuarial plano de saúde	(337)	(337)
P&D depreciação acelerada 2008/2009/2012 Lei 11.196/05	(1.895)	(2.362)
Outros	(44)	(12)
Em 31 de Dezembro	235.569	270.185

24. Provisões

As provisões estão compostas da seguinte forma:

		2017	2016
Provisões para contingências	24.1	326.662	311.623
Provisões para benefícios pós emprego	24.2	4.284	3.616
Provisão ILP (Incentivos de Longo Prazo)	9	15.587	11.656
Provisões para acidentes ferroviários		3.573	1.779
Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente	24.3	32.088	415
Outras provisões		23.471	18.242
		405.665	347.331
Circulante		30.589	24.664
Não circulante		375.076	322.667

24.1 Provisões para contingências

As provisões para contingências passivas estão registradas no passivo não circulante e estão compostas como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total de passivos provisionados
Em 31 de dezembro de 2015	66.655	69.927	108.379	244.961
Adições	65.146	15.478	-	80.624
Atualizações	18.441	28.666	15.934	63.041
Reversões ou pagamentos	(37.151)	(39.852)	-	(77.003)
Em 31 de dezembro de 2016	113.091	74.219	124.313	311.623
Adições	54.677	2.233	890	57.800
Atualizações	11.095	9.750	2.680	29.571
Reversões ou pagamentos	(45.057)	(21.229)	-	(72.332)
Em 31 de dezembro de 2017	133.806	64.973	127.883	326.662

Considerando os depósitos e bloqueios realizados no decorrer do processo, e que ainda encontram-se pendentes, o impacto futuro esperado em caixa esta composto como segue:

		2017				
		Quantidade de ações	Valor envolvido	Provisão (*)	Depósitos	Valor líquido
Previdenciárias e trabalhistas	(a)	1.714	430.314	133.806	(55.771)	78.035
Cíveis	(b)	1.016	490.710	64.973	(18.269)	46.704
Fiscais	(c)	206	525.835	127.883	(27.740)	100.143
Ambientais	(d)	11	15.337	-	(2.122)	(2.122)
Outras	(e)	5	-	-	-	-
		2.952	1.462.196	326.662	(103.902)	222.760

(*) Esse montante não incluiu as contingências de responsabilidade da RFFSA, dado que a Companhia somente é responsável pelo pagamento de débitos trabalhistas originados após a desestatização, conforme Edital de Desestatização, item 7.2.

(a) Previdenciárias e trabalhistas

As ações previdenciárias e trabalhistas pleiteiam, em sua maioria, a cobrança de horas extraordinárias, parcelas indenizatórias, adicional noturno, intervalo intrajornada, equiparação salarial e adicionais de periculosidade e insalubridade.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor total das causas trabalhistas era de R\$430.314 (R\$397.418 em 31 de dezembro de 2016). Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia tem provisionado R\$133.806 (R\$113.091 em 31 de dezembro de 2016), considerando a perspectiva de perda provável naquelas ações.

O aumento de R\$65.772 (novos processos e atualização monetária) deve-se, principalmente, às mudanças de prognóstico, aos resultados dos cálculos decorrentes de decisões condenatórias ou modificativas proferidas durante o período e ao aumento da quantidade de reclamações trabalhistas. Sendo que a maior adição por processo foi no valor de R\$1.500.

Da mesma forma, as baixas de provisão no período perfazem um total de R\$45.057, dos quais o valor de R\$37.028 se refere às reduções por mudanças de prognóstico e o valor de R\$8.029 a baixa de provisões.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Outrossim, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, a Companhia possui uma contingência de R\$142.237 para processos com estimativa de perda possível, os quais não possuem valores constituídos de provisão.

(b) Cíveis

Atualmente, na esfera cível, a Companhia é parte em 1.016 ações, onde figura como ré em 938 e como autora/confrontante/interessada em 78.

As ações em que a Companhia figura como ré, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade civil por acidentes ferroviários; paralisação de tráfego ferroviário em Conselheiro Lafaiete (MG); legalidade da cobrança por interferências de terceiros em áreas de faixa de domínio; contratos de concessão e arrendamento, Ações Cíveis Públicas e ações envolvendo o Clube de Investimento dos Ferroviários da Malha Sudeste – SUDFER. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$454.137, (R\$409.985 em 31 de dezembro de 2016). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$64.846, (R\$74.103 em dezembro de 2016), referente ao valor estimado das causas com probabilidade de perda provável.

As ações em que a Companhia figura como autora/confrontante/interessada, versam, em sua maioria, sobre responsabilidade contratual, ações de cobrança pelo uso da faixa de domínio, usucapião e reintegração de posse. O valor total envolvido nas referidas ações, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$36.573 (R\$77.419 em 31 de dezembro de 2016). Seguindo o entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui provisão de R\$127, (R\$116 em dezembro de 2016), de uma causa com probabilidade de perda provável em que, embora a MRS seja autora, também é ré/reconvinda.

O aumento de R\$2.233 ocorrido no período deve-se principalmente a adições decorrentes de decisões condenatórias modificativas do valor originalmente provisionado proferido durante o período. A maior adição por processo foi no valor de R\$845.

Foram realizadas baixas de provisão no período, totalizando R\$21.229, correspondentes basicamente a mudança de prognóstico de perda das ações e ajustes decorrentes da adequação de valores de provisão às decisões modificativas proferidas posteriormente à constituição da provisão. A maior baixa por processo foi no valor de R\$1.170.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constitui provisão, uma vez que o prognóstico de perda foi classificado como possível. O valor das contingências com prognóstico de perda possível é de R\$424.564 em 2017 e se refere, principalmente, a ações de indenização decorrentes de acidentes ferroviários.

A Companhia possui seguro com cobertura de danos corporais, danos materiais, morais e prejuízos causados a terceiros, cujo valor da franquia é atualmente de R\$750 por sinistro.

(c) Fiscais

No âmbito fiscal, a Companhia é parte em 206 processos administrativos e judiciais, sendo autora em 79 processos e ré em 127 processos. O valor total envolvido nestes processos, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$525.835, dos quais R\$108.443 são discutidos em demandas em que a Companhia é autora e R\$417.392 são envolvidos em demandas nas quais a Companhia é ré. Baseada no entendimento de seus consultores jurídicos, a Companhia possui R\$127.883 provisionados.

Os processos fiscais em curso versam, em sua maioria, sobre a (i) glosa de créditos de ICMS incidente sobre bens de uso e consumo, no Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo; (ii)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

exigência de IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA; (iii) questionamento quanto à incidência de PIS e COFINS sobre a importação de bens (trilhos e locomotivas), decorrentes do direito ao enquadramento da Companhia dentre os beneficiários do REPORTE (importação com a suspensão do PIS e da COFINS); (iv) questionamento quanto à incidência de PIS e COFINS sobre a partilha de fretes a pagar (receita de terceiros incluída em nosso faturamento); (v) multa administrativa aplicada por ausência de licença prévia para realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa.

A composição das provisões fiscais com prognóstico de perda provável, no valor total de R\$127.883 (R\$124.313 em 2016), está composta conforme a seguir:

- ICMS – Estado do Rio de Janeiro: o valor de R\$69.615 em 2017 (R\$70.200 em 2016), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- ICMS – Estado de São Paulo: o valor de R\$49.576 em 2017 (R\$47.068 em 2016), refere-se a glosa de créditos de ICMS oriundos da aquisição de mercadorias classificadas pela Fiscalização Estadual como de uso e consumo. Os processos aguardam julgamento definitivo.
- Mandado de Segurança para enquadramento nos benefícios do REPORTE: o valor de R\$7.595 em 2017 (R\$7.045 em 2016), refere-se ao reconhecimento da aplicação dos benefícios do REPORTE à importação de locomotivas. O processo aguarda julgamento definitivo.
- Multa administrativa por ausência de licença de construção, no valor de R\$285 em 2017.
- Execução fiscal de débitos de IRPJ no valor de R\$812 em 2017.

A Companhia é parte em outros processos para os quais, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não constituiu provisão, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis. O valor de R\$110.561 em 2017 (R\$117.184 em 2016) referente a contingência, está composto conforme abaixo:

- IPTU sobre bens imóveis operacionais arrendados da extinta Rede Ferroviária Federal S. A.: R\$33.032 em 2017 (R\$27.472 em 2016) refere-se a processos administrativos e judiciais relativos à cobrança do IPTU sobre imóveis operacionais arrendados da extinta RFFSA. Tais demandas aguardam julgamento, pelo STF, de recurso extraordinário com reconhecimento de repercussão geral.
- PIS e COFINS sobre partilhas de fretes: R\$16.796 em 2017 (R\$13.164 em 2016), refere-se a diferença no recolhimento do PIS e da COFINS em função da exclusão dos valores transferidos a terceiros a título de tráfego mútuo da sua base de cálculo. O processo aguarda julgamento definitivo.
- PIS e COFINS variação cambial: R\$30.783 em 2017 (R\$29.798 em 2016), refere-se a exclusão dos valores decorrentes de variação cambial da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo aguarda julgamento de apelação que julgou em favor da Companhia a exclusão de valores da base de cálculo da COFINS. Aguarda-se apreciação quanto ao PIS.
- Execução Fiscal – PIS e COFINS: R\$6.703 em 2017 (R\$7.398 em 2016), refere-se a cobrança judicial de débitos de PIS e COFINS objeto de Certidões de Dívida Ativa, originadas de processos administrativos. A decisão ainda é passível de modificação por meio de recurso.
- Execução Fiscal – PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF: R\$22.354 em 2017 (R\$21.777 em 2016), refere-se à execução Fiscal contra a Companhia, relativa a 05 Certidões de Dívida Ativa que versavam sobre PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e IRRF. Prolatada sentença acolhendo o pleito da Companhia, aguarda-se o julgamento da apelação.
- Mandados de Segurança PIS/COFINS: Refere-se a mandados de segurança impetrados nos estados de MG/RJ/SP para que o cálculo dos valores devidos a título de PIS/COFINS importação fossem realizados sem a incidência do ICMS pelo desembaraço aduaneiro. O processo aguarda julgamento final das causas junto às instâncias recursais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- Multa administrativa por ausência de licença de construção – Prefeitura de Barra Mansa: R\$239 (R\$16.772 em 2016), refere-se a cobrança de multas administrativas aplicadas por motivo de realização de obras na linha férrea, no Município de Barra Mansa, sem a obtenção de licença prévia. Prolatado acórdão que reconheceu, parcialmente, a incorreção das multas aplicadas, aguarda-se o julgamento definitivo.
- Manifestação de inconformidade CSLL no valor de R\$532 em 2017.
- ICMS – glosa por utilização de regime presumido para cálculo de ICMS na venda de sucata no valor de R\$122 em 2017.

(d) Ambientais

A Companhia é parte em 11 ações cujo objeto versa sobre matéria ambiental. Em 31 de dezembro de 2017, o valor total envolvido nas referidas ações judiciais era de R\$15.337. O prognóstico de perda de todos os processos é considerado 'possível' pelos consultores jurídicos, não sendo, portanto, objeto de provisão.

(e) Outras

A Companhia tem 5 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados e vigentes, sendo dois decorrentes de matéria trabalhista, dois de matéria cível e um de matéria ambiental. Os TACs de matéria trabalhista visam (i) garantir aos dirigentes sindicais o pleno exercício das atividades que tem por objeto a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria profissional e (ii) o preenchimento do percentual de empregados com deficiências estabelecido pelo art. 93 da Lei 8.213/91. Na área cível, temos dois TACs: um deles versa sobre a construção de passarelas e viadutos sobre a linha férrea, no município de Congonhas/MG e o outro TAC versa sobre a reforma na estação de São José dos Campos. O TAC de matéria ambiental contempla os serviços de plantio e manutenção de muda de árvores nativas da mata atlântica em Juiz de Fora/MG. Para tais casos não foram constituídas provisões.

24.2 Provisões para benefícios pós emprego

	2017	2016
Plano de previdência complementar	50	50
Plano de assistência médica	4.234	3.566
	4.284	3.616

Plano de previdência complementar

A Companhia patrocina plano de previdência complementar aos colaboradores por intermédio de um plano de previdência administrado pela Bradesco Vida e Previdência. O plano de previdência complementar, criado em 01 de julho de 1999, é elegível para todos os colaboradores da MRS a partir da data de criação do plano. O plano é de contribuição definida e a Companhia não tem obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos. O custeio é paritário de modo que a parcela da Companhia equivale a 100% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas salariais.

O plano requer que as contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios da Companhia. Os ativos do plano são mantidos por uma entidade aberta de previdência complementar, não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia totalizaram R\$7.197 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$6.986 em 2016), as quais foram registradas como despesa do exercício.

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Em 31 de dezembro de 2017, existiam passivos em nome da Companhia, decorrentes do plano de previdência complementar no valor de R\$50 (R\$50 em 2016), os quais foram devidamente provisionados e estão registrados no passivo não circulante.

Plano de assistência médica

A Companhia mantém um plano de assistência médica pós-emprego para um grupo determinado de ex-colaboradores e respectivos cônjuges administrado junto à Seguradora Bradesco Saúde. O plano tem como política a participação parcial de cada colaborador (contribuições fixas mensais), através do modelo de pós-pagamento. Em função da adoção desta política, a extensão deste benefício está garantida ao colaborador e seu grupo familiar após a demissão e aposentadoria (período pós-emprego) conforme os artigos nº. 30 e 31 da Lei 9.656/98, respectivamente, e a Resolução Normativa RN nº 279 de 24 de novembro de 2011.

A Companhia oferece também um plano de pós-pagamento administrado pela Unimed Juiz de Fora. Entretanto, não há usuários aposentados ou demitidos durante o período pós-emprego e a expectativa de adesão dos futuros usuários aposentados é nula.

Em 31 de dezembro de 2017, o plano contava com 16.494 vidas na Bradesco Saúde e 628 na Unimed Juiz de Fora, totalizando 17.122 vidas.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no Patrimônio Líquido como Ajuste de Avaliação Patrimonial e na Demonstração do Resultado Abrangente, conforme determina o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As contribuições realizadas pela Companhia ao plano de assistência médica administrado pela Bradesco Saúde S.A e Unimed totalizaram R\$35.632 em 31 de dezembro de 2017 (R\$33.508 em 31 de dezembro de 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, existiam passivos atuariais em nome da Companhia, decorrentes do plano de saúde no valor de R\$4.234 (R\$3.566 em 2016), os quais foram devidamente provisionados no passivo não circulante.

a. Conciliação do passivo atuarial líquido reconhecido no balanço patrimonial:

	2017	2016
Passivo atuarial líquido em 1º de janeiro	3.566	3.254
Despesa reconhecida no exercício	268	281
Ganho nas obrigações	400	31
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.234	3.566

b. Movimentação do passivo atuarial:

	2017	2016
Passivo atuarial no início do exercício	3.566	3.254
Custo do serviço corrente	132	199
Juros sobre a obrigação atuarial	396	411
Benefício pago diretamente ao plano	(260)	(329)
Ganho - redimensionamento do custo incluído em outros resultados abrangentes	400	31
Passivo atuarial em 31 de dezembro	4.234	3.566

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

c. Despesa a ser reconhecida na demonstração do resultado do próximo exercício:

	2018
Custo do serviço corrente	145
Juros sobre as obrigações atuariais	438
Total da despesa a ser reconhecida	583

d. Premissas adotadas pelo atuário independente nos cálculos de obrigação atuarial:

Taxa de desconto	5,45% a.a.
Inflação de longo prazo	5,0% a.a.
Inflação médica (HCCTR)	3,25% a.a.
Fator de envelhecimento	De 0 a 24 anos: 1,5% a.a. De 25 a 54 anos: 2,5% a.a. De 55 a 79 anos: 4,5% a.a. Acima de 80 anos: 2,5% a.a.
Tábua de mortalidade geral	AT-2000

Seguro de vida

Os funcionários participam de seguro de vida em grupo garantido pela SulAmérica Seguros. Em 2017, a Companhia contribuiu com R\$721 (R\$814 em 2016) com seguro de vida de seus funcionários.

24.3 Provisão para indenização/multas ao Poder Concedente

Em 2017, foi constituída a provisão de R\$31.673 referentes a processos em curso junto ao Poder Concedente, decorrentes do resultado do diagnóstico de saneamento e regularização dos imóveis patrimoniais, além de alguns processos administrativos e penalidades em curso junto a ANTT, com prognóstico de perda provável.

25. Patrimônio líquido

(a) Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado, no montante de R\$1.597.362 (R\$1.487.756 em 2016), está dividido em 340.000.000 ações escriturais sem valor nominal, divididas em ordinárias e preferenciais classes "A" e "B".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o capital autorizado é de R\$2.500.000. De acordo com o Edital de Desestatização e o Estatuto Social da MRS, nenhum acionista pode deter participação societária superior a 20% do capital votante. Se este limite for ultrapassado, por determinação da ANTT, o acionista renunciará ao direito de voto e de veto inerente às ações que ultrapassarem este limite.

Em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 8 de março de 2017, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$109.606 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.

Em 31 de dezembro de 2017, a participação no capital social da Companhia era conforme segue:

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Capital Total	
	Nº de ações	%	Nº de ações	%	Nº de ações	%
Minerações Brasileiras Reunidas S.A.	37.666.526	20,00%	74.301.916	48,99%	111.968.442	32,93%
Companhia Siderúrgica Nacional	26.611.282	14,13%	36.765.916	24,24%	63.377.198	18,64%
CSN Mineração S.A.	25.802.872	13,70%	37.536.000	24,75%	63.338.872	18,63%
Usiminas Participações e Logística S.A.	37.513.650	19,92%	342.805	0,23%	37.856.455	11,13%
Vale S.A.	36.270.703	19,26%	769.304	0,51%	37.040.007	10,89%
Gerdau S.A.	4.460.128	2,37%	-	-	4.460.128	1,31%
Railvest Investments	14.747.620	7,83%	-	-	14.747.620	4,34%
Minoritários	5.259.906	2,79%	1.951.372	1,29%	7.211.278	2,12%
	188.332.687	100,00%	151.667.313	100,00%	340.000.000	100,00%

(b) *Direito das ações*

Os detentores das ações ordinárias terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais; os de ações preferenciais (classes A e B) terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, não terão direito de voto e gozarão de prioridade no recebimento do capital, sem prêmio, quando da liquidação da Companhia.

As preferenciais da classe B são, por iniciativa do acionista que as detiver, conversíveis em ações ordinárias, na proporção de uma para cada ação ordinária. Tal conversão poderá ser realizada a qualquer tempo, observadas as condições previstas no Estatuto Social.

Embora sem direito de voto, as ações preferenciais classe B terão direito de eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração, enquanto representarem um mínimo de 25% da totalidade do capital social.

(c) *Reserva de lucros – reserva legal*

Constituída à base de 5% do lucro líquido do exercício antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária e limitado a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da Reserva Legal era de R\$269.285 (R\$246.222 em 2016).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado****(d) Reserva de lucros – reserva para investimentos**

A administração propôs a retenção dos lucros acumulados remanescentes para expansão no valor de R\$219.094, visando o suprimento de recursos necessários ao cumprimento do orçamento de investimentos de capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da Reserva para Investimentos era de R\$1.449.155 (R\$1.351.139 em 2016).

(e) Dividendo adicional proposto

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela administração após o exercício contábil a que se referem às demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações contábeis, não deverá ser registrada como passivo, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares serem divulgados em nota explicativa. Portanto, em 31 de dezembro de 2017, a parcela de R\$109.546 referente ao valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório foi registrada no patrimônio líquido como “Dividendo adicional proposto”.

(f) Ajustes de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial refere-se aos ganhos atuariais do plano de saúde, apurados em conformidade com o CPC 33 (R1).

	Ganhos atuariais	IRPJ/CSLL	Total
Em 31 de dezembro de 2015	12.296	(3.684)	8.612
Baixas	(31)	337	306
Em 31 de dezembro de 2016	12.265	(3.347)	8.918
Baixas	(400)	337	(63)
Em 31 de dezembro de 2017	11.865	(3.010)	8.855

26. Resultado por ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 (em milhares de reais, exceto valores por ação):

	2017	2016
Numerador		
Lucro líquido do exercício	461.250	417.545
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias	188.333	188.333
Média ponderada de ações preferenciais - A	82.076	82.076
Média ponderada de ações preferenciais - B	69.591	69.591
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Média ponderada de ações preferenciais ajustadas	166.834	166.834
Denominador para lucros básicos por ação	355.167	355.167
Lucro básico por ação ordinária	1,30	1,18
10% - Ações preferenciais	1,1	1,1
Lucro básico e diluído por ação preferencial - A	1,43	1,29
Lucro básico e diluído por ação preferencial - B	1,43	1,29

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

27. Receita dos serviços prestados

	2017	2016
<u>Receita operacional bruta</u>		
Serviços de transporte	2.940.224	2.763.753
Partilha de fretes	149.320	113.383
Receitas acessórias de transporte	780.750	758.579
	<u>3.870.294</u>	<u>3.635.715</u>
<u>(-) Deduções sobre vendas</u>		
ICMS	(129.622)	(117.520)
COFINS	(155.796)	(151.240)
PIS	(33.824)	(32.835)
INSS (*)	(58.229)	(54.653)
ISS	(18)	(47)
	<u>(377.489)</u>	<u>(356.295)</u>
Receita líquida de serviços	<u>3.492.805</u>	<u>3.279.420</u>

(*) O Projeto de Lei nº 8.456/2017 promove o retorno da oneração da folha de pagamento a partir de 2018.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

28. Despesas por natureza

	2017	2016
Combustíveis/lubrificantes	(514.095)	(537.081)
Depreciação/amortização	(566.858)	(559.765)
Mão de obra de encargos sociais	(571.603)	(547.222)
Custo da concessão/arrendamento	(304.333)	(299.209)
Serviços de terceiros	(251.125)	(218.619)
Insumos/outros materiais	(147.905)	(144.104)
Crédito presumido ICMS MG	61.447	65.300
Partilhas de fretes	(99.091)	(79.289)
(Provisão) reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*)	(200)	49.085
Custos acessórios de transporte	(25.290)	(31.194)
Aluguel veículos e equipamentos operacionais	(15.007)	(13.087)
Despesas com seguro	(9.989)	(11.471)
Honorários da administração	(3.816)	(3.529)
Outros	(67.281)	(55.247)
	<u>(2.515.146)</u>	<u>(2.385.432)</u>
Custo dos serviços prestados	(2.307.108)	(2.208.786)
Receitas (despesas) com vendas (*)	(11.700)	37.977
Despesas gerais e administrativas	(196.338)	(214.623)
	<u>(2.515.146)</u>	<u>(2.385.432)</u>

(*) O saldo positivo em 2016 refere-se à reversão da PECLD constituída em 2014, no valor de R\$51.793.

MRS Logística S.A.



**Notas explicativas da Administração às demonstrações
contábeis em 31 de dezembro de 2017**
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

29. Outras receitas e outras despesas operacionais

		2017	2016
<u>Outras receitas operacionais</u>			
Receitas alternativas	(a)	23.510	40.224
Venda de materiais (sucata/excesso estoque)		19.592	20.733
Multas contratuais	9 (h)	39.957	196.212
Seguros		2.745	1.220
Prestação de serviços a terceiros		3.777	2.602
Receita na venda de imobilizado	9 (f)	83.662	29.537
Reversão de provisão para perda de ativos circulantes		166	-
Reversão de provisão para doação de ativos	15	2.283	12.852
Outras receitas		7.442	4.246
		183.134	307.626
<u>Outras despesas operacionais</u>			
Provisão para perda de créditos de ICMS		-	(4.066)
Provisão para perda de ativos circulantes		-	(1.056)
Provisão para perda de ativos não circulantes	15	(4.757)	(5.424)
Provisões para contingências	24.1	(4.943)	(22.384)
Provisões multas/indenizações Poder Concedente	24.3	(31.673)	(415)
Outras provisões passivas	24	238	1.351
Perda tributos		(46.235)	(46.347)
Impostos sobre vendas e outras receitas		(9.243)	(27.305)
Demais despesas tributárias		(10.930)	(13.402)
Execuções por perdas processuais		(26.856)	(54.579)
Custo das receitas alternativas		(2.720)	(5.318)
Convênio com municípios		(6.402)	(6.068)
Custo na venda de materiais (sucata/excesso estoque)		(2.407)	(3.572)
Custo prestação de serviços a terceiros		(1.089)	(838)
Doações	15	(3.407)	(12.866)
Baixa de ativo imobilizado	15	(52.509)	(21.265)
Ajuste/baixa de estoque		(10.131)	(8.034)
Despesas patrocínio (Lei Rouanet/FIA/Esporte/Fundo do idoso)		(8.493)	(6.962)
Projeto empresa cidadã		(2.925)	(3.289)
Indenizações ao Poder Concedente		(3.972)	(2.213)
Títulos não recebidos	(b)	-	(42.530)
Baixa de projetos de investimento	15	(23.868)	-
Outras despesas		(5.925)	(5.415)
		(258.247)	(291.167)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(75.113)	16.459

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017**Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado**

- (a) Receitas alternativas: por determinação da ANTT, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte de Cargas, as receitas provenientes de projetos associados à prestação do serviço público concedido e que não se enquadram nas atividades de exploração do transporte ferroviário são classificadas como receitas alternativas.
- (b) Do valor de R\$42.530 em 2016, R\$42.409 refere-se a baixa de títulos não recebidos decorrente de acordo no processo de recuperação judicial descrito na Nota 8.(b) das demonstrações contábeis de 2016.

30. Receitas e despesas financeiras

	2017	2016
<u>Receitas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	58.946	241.121
Ajuste de marcação a mercado - <i>hedge accounting</i>	257	721
Rendimentos s/ aplicações financeiras	36.467	62.347
Juros	4.138	5.822
Ajuste a valor presente de contas a receber de partes relacionadas	22.035	23.221
Outras receitas financeiras	8.579	9.967
	130.422	343.199
<u>Despesas financeiras</u>		
Variação cambial e monetária	(101.786)	(184.672)
Juros	(169.892)	(223.791)
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	(18.083)	(143.768)
Outras despesas financeiras	(27.956)	(40.268)
	(317.717)	(592.499)
Resultado financeiro líquido	(187.295)	(249.300)

31. Outras divulgações sobre os fluxos de caixa**31.1 Venda de imobilizado**

Na demonstração dos fluxos de caixa, o resultado da venda de imobilizado compreende:

	2017	2016
Valor contábil líquido (Nota 15)	43.044	15.220
Lucro (prejuízo) da alienação de imobilizado	40.618	14.317
Valores recebidos na alienação de imobilizado	83.662	29.537

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

31.2 Atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Aquisição de imobilizado sem desembolso de caixa	26.202	36.492
Arrendamento mercantil para aquisição de imobilizado	<u>16.883</u>	<u>-</u>
	<u>43.085</u>	<u>36.492</u>

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

31.3 Conciliação de passivos resultantes de atividades de financiamento

	Empréstimos bancários	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Instrumentos financeiros	Dívida total
Empréstimos e financiamentos 31/12/2016	1.648.513	1.156.141	317	2.804.971	(60.645)	2.744.326
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa						
Novas captações	258.993	394.229	-	653.222	-	653.222
Pagamentos do principal	(385.240)	(381.189)	(178)	(766.607)	(23.427)	(790.034)
Pagamento de juros	(72.376)	(109.966)	(11)	(182.353)	-	(182.353)
Custo da transação	(41)	(1.937)	-	(1.978)	-	(1.978)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa						
Aquisição/novos arrendamentos	-	-	16.883	16.883	-	16.883
Transferências para o curto prazo	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	7.177	-	-	7.177	-	7.177
Variações monetárias e encargos financeiros	78.525	121.624	(2.378)	197.771	18.685	216.456
Alteração no valor justo	(257)	-	-	(257)	-	(257)
Empréstimos e financiamentos 31/12/2017	1.535.294	1.178.902	14.633	2.728.829	(65.387)	2.663.442

MRS Logística S.A.



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017
Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado

32. Seguros

A Companhia possui as seguintes apólices de seguros para suas operações:

Cobertura	Finalidade	Vencimento	LMI	Franquia
Risco operacional	Cobertura do patrimônio operacional de propriedade da empresa ou sob sua responsabilidade	31 de março de 2018	203.378	9.000
Responsabilidade civil	Cobertura contra danos causados a terceiros	9 de agosto de 2018	30.000	750
Transporte de cargas	Cobertura de sinistros com cargas em transporte	31 de outubro de 2018	45.000	200

Observações:

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos e responsabilidade civil, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, e, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

33. Eventos subsequentes

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT publicou a 3ª Edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se dará compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

Reunião do Conselho de Administração

De acordo com a lei 6.404/76 (Lei das Sociedades Anônimas), em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. A Companhia atingiu esse limite em 31 de dezembro de 2017 e em Reunião do Conselho de Administração, realizada no dia 21 de março de 2018, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$121.078 utilizando parte das reservas de investimentos constituídas em anos anteriores.
